



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

PREGÃO ELETRÔNICO

COMPRASNET PROCESSO Nº: 00095-00000166/2021-01

PREGÃO Nº: 07/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

INTERESSADO: Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB

OBJETO: Registro de Preços para contratação de serviços de transporte de usuários participantes dos Programas de Fretamento da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos.

NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39

CÓDIGO UASG: 926167

ENTREGA DE PROPOSTA: A partir da publicação no sistema Comprasnet pelo Portal www.gov.br/compras

DATA DA ABERTURA: 24 de setembro de 2021.

HORÁRIO DA ABERTURA: 10h.

PREÇO ESTIMADO TOTAL: R\$ 8.827.200,00 (oito milhões, oitocentos e vinte e sete mil e duzentos reais) .

PREGOEIRO: Ricardo Feliciano da Costa

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no sistema Comprasnet pelo Portal www.gov.br/compras

EDITAL DE LICITAÇÃO

A **SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB**, Empresa Pública do Distrito Federal, nos termos da Lei n.º 4.545/64, inscrita no CNPJ sob o nº 00.037.127/0001-85, com sede no Setor de Garagens Oficial Norte – SGON, Quadra 06, Lote Único, Bloco “A”, situada nesta Capital, CEP: 70.610-660, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, para contratação do objeto especificado no Anexo I deste edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, recepcionado no DF pelo Decreto distrital nº 40.205/2019, pela Lei nº Lei 13.303/2016, pelas Leis do DF nº 4.611/2011 e 6.112/2018 (obrigatoriedade da implantação do Programa de

Integridade nas empresas que contratarem com o DF), pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos distritais nº 39.103/2018, 36.520/2015, 35.592/2014 e 26.851/2006 e alterações posteriores, pelo Parecer Referencial nº 10/2020- PGCONS/PGDF que aprova a presente minuta e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica: www.gov.br/compras, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir acerca das impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente no endereço eletrônico www.gov.br/compras e também estará disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.tcb.df.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para contratação de serviços de transporte de usuários participantes dos Programas de Fretamento da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos.

1.2. O Preço Estimado é resultado da média dos valores obtidos através de ampla pesquisa de mercado e preços públicos dos itens que compõem as rubricas das planilhas de composição de custos.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A licitação será dividida em 2 itens, sendo o item 1 destinado à Ampla Concorrência, e o item 2 Cota Reservada para entidades preferenciais.

1.5. Integram a este Edital todos os seus Anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços a ser formalizado na Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

2.2. O adjudicatário será convocado pelo órgão gerenciador, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação da convocação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário até o segundo dia útil após a convocação e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador;

2.3. O não atendimento da convocação para assinar a Ata, sem motivo devidamente justificado e aceito, faz incidir as sanções cabíveis na espécie, conforme regulado na legislação pertinente;

2.4. O sistema de registro de preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

2.5. Durante o prazo de validade do registro de preços o Distrito Federal não ficará obrigado a comprar os materiais ou serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando a realização de licitação específica para a contratação pretendida, no entanto, independentemente do direito de preferência a ser exercido pelo beneficiário da ata, a Administração fica obrigada a servir-se da ata se o preço obtido em outra licitação for superior ao registrado (Parecer nº 313/2012- PROCAD/PGDF).

2.7. A Ata de Registro de Preços não sofrerá o acréscimo de 25% previsto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

2.8. A Adesão à Ata de Registro de Preços poderá ser admitida mediante prévia consulta à TCB, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas no Decreto Distrital nº 39.103/2018.

2.9. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, na sua totalidade, não poderá exceder, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que venham aderir (art. 22, § 4, do Decreto Distrital nº 39.103/2018).

2.10. As aquisições e/ou contratações adicionais decorrentes das adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, (art. 22, § 3º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018).

2.11. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão participante do Registro de Preços, com exceção dos órgãos e entidades do Distrito Federal.

2.12. Nas adesões à Ata de Registro de Preços os fornecedores serão indicados a partir dos seguintes critérios: a). Serão verificados os itens cujas características atendam as necessidades do solicitante da adesão, e; b) Após, será escolhido o item de menor preço.

2.13. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.14. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata. (art. 22, § 6º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018).

3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

3.1. O credenciamento é a condição obrigatória para formulação de lances e praticar todos os atos neste Pregão, que se dará pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, obtida no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.1.1. A chave de identificação e a senha terão validades indeterminadas e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no COMPRASNET, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

3.2. As licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao sistema para participarem do certame.

3.3. O credenciamento da licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no SICAF. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.4. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação-SLTI/MPOG, provedor do sistema, ou a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiro.

3.5. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento público de procuração e/ou particular com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.6. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, bem como preencher as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico do Comprasnet:

3.6.1. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, atestando, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.6.2. Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02;

3.6.3. Declaração de elaboração independente de proposta, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI nº 2/2009, de 16/09/2009, publicada no DOU de 17/09/2009;

3.6.4. Comprovação, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº 123/06.

3.6.5. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

3.6.6. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1. Poderão participar deste Pregão empresário/empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:

4.1.1 Para o item 2, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, art. 26 da Lei Distrital 4.611, de 09 de agosto de 2011, e art. 8º do Decreto Distrital 35.592, de 02 de julho de 2014.

4.1.2. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º, art. 3º da referida Lei.

4.1.3. Empresário individual ou sociedade empresária, do ramo de atividade do objeto desta licitação, que atenda a todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4.1.4. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U., de 10 de janeiro de 2001 e art. 4º do Decreto Distrital nº 23.546/03; ou.

4.1.5. Que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que atendidas as exigências do item 9 deste edital.

4.2. A simples participação na Licitação importa total, irrestrita, e irretratável submissão dos proponentes as condições deste Edital.

4.3. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:

4.3.1. Empresário / Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concordata, insolvência, concurso de credores, dissolução ou liquidação; empresas declaradas inidôneas pela Administração Pública, empresas suspensas de licitar ou contratar com a Administração Pública (Parecer nº 373/2018 – PRCON/PGDF e Parecer n.º 671/2019 – PGCONS/PGDF).

4.3.2. Empresários / Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como as que estejam em suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal.

4.3.3. Encontram-se impedidos de participar do presente certame os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas na Seção III do art. 82 da Lei nº 13.303/2016.

4.3.4. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).

4.3.5. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3.6. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

4.3.7. Empresário / Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

4.3.8. É vedada a pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de (Decreto nº 32.751/11, art. 8º):

4.3.9. Pelo termo “familiar” entende-se cônjuge, companheiro (a), ou parente em linha reta ou colateral, por consanguíneo ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive, estendendo-se, ainda, a vedação às relações homo afetiva.

4.4. As pessoas jurídicas que tenha sócio(s) em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo (s) item (s).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento do objeto desta licitação.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens nos seus termos.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ou serviço ofertado, ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais, ou atualização de valores negociados.

6.8. Não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados pelo órgão interessado. O desrespeito a essa regra levará os itens a serem considerados fracassados, caso não se obtenha êxito com a negociação a ser solicitada, seguindo a ordem de classificação.

6.9. A licitante obriga-se ao cumprimento de todas as condições previstas neste Edital e seus Anexos.

6.10. Para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.10.1. Declaração de Ciência Edital;

6.10.2. Declaração de Fato Superveniente;

6.10.3. Declaração de não emprego de menor;

6.10.4. Declaração Elaboração Independente de Proposta;

6.10.5. Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado;

6.10.6. Declaração MEE/EPP/COOP;

6.10.7. Declaração de Acessibilidade;

6.10.8. Declaração de Cota de Aprendizagem.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2.4. O pregoeiro não poderá desclassificar propostas em decorrência da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU nº 934/07 – 1ª Câmara).

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo);

7.8.1 somente serão aceitos lances que contenham duas casas decimais.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço,

para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 Para a aceitação das propostas, será observado o disposto no item 5 do Termo de Referência.

8.3. A Proposta de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.10. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.2. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.4. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br;

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

9.10.3.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10%(dez por cento) do valor estimado dos itens que tiver sua proposta aceita.

9.10.4 Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, deque 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, relativo à execução de serviços de **transporte** de pessoas em características e quantidades em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número total de veículos previstos para a execução do objeto, em cada item da licitação que a licitante tiver sua proposta aceita, conforme item 9 do Termo de Referência.

9.11.1.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia contratual no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato nos moldes do art. 70 da **Lei Nº. 13.303/16**, conforme item 13 do Termo de Referência.

15. DAS PENALIDADES

15.1. Das Espécies

15.1.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851 de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nº 26.993/2006 de 12/07/2006, 27.069/2006 de 14/08/2006, Decreto nº 35.831/2014, de 19/09/2014 e Decreto nº 36.974, de 11/12/2015,

15.1.1.1. advertência;

15.1.1.2. multa; e

15.1.1.3. suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

15.1.2. para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores- SICAF, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

15.1.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.1.4. As sanções previstas nos subitens 15.1.1.1, 15.1.1.3 e 15.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a Multa prevista no subitem 15.1.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.2. Da Advertência

15.2.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

15.2.1.1. pela TCB, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;

15.2.1.2. pelo ordenador de despesas do órgão se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

15.3. Da Multa

15.3.1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

15.3.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

15.3.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante;

15.3.1.3. quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

15.3.1.4. 1% (um por cento) do valor total do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração; (Decreto

36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015);

15.3.1.5. 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual; (Decreto 36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015);

15.3.1.6. até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II. (Decreto 36.974, de 11 de dezembro de 2015, publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015).

15.3.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do art. 81 da Lei nº 13.303/2016, observada a seguinte ordem:

15.3.2.1. mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

15.3.2.2. mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada;

15.3.2.3. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

15.3.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

15.3.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

15.3.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

15.3.5.1. o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

15.3.5.2. a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

15.3.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 15.1.4 e observado o princípio da proporcionalidade.

15.3.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do subitem 15.3.1.2.

15.3.8. A sanção pecuniária prevista no 15.3.1.4 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

15.4. Da Suspensão

15.4.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

15.4.1.1. por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela TCB, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

15.4.1.2. por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, via internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

15.4.1.3. por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na

execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.4.1.4. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

15.4.1.4.1. apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

15.4.1.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.1.4.3. receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

15.4.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

15.4.2.1. a TCB, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;

15.4.2.2. o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

15.4.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

15.4.4. O prazo previsto no subitem 15.4.1.4 poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

15.5. Da Declaração de Inidoneidade

15.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

15.5.2. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e depois de decorrido o prazo da sanção.

15.5.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. Das Demais Penalidades

15.6.1. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela TCB, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

15.6.1.1. suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e.

15.6.1.2. declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 15.5;

15.6.1.3. aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 15.4.3 e 15.4.4.

15.6.2. As sanções previstas nos subitens 15.4 e 15.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nº 13.303, de 2016 ou 10.520, de 2002:

15.6.2.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.6.2.2. tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

15.6.2.3. demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

15.7. Do Direito de Defesa

15.7.1. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

15.7.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

15.7.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

15.7.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

15.7.4.1. a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

15.7.4.2. o prazo do impedimento para licitar e contratar;

15.7.4.3. o fundamento legal da sanção aplicada; e

15.7.4.4. o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

15.7.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação nos sítios www.comprasnet.gov.br, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

15.7.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 15.2 e 15.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma da Lei nº 13.303, de 2016.

15.8. Do Assentamento em Registros

15.8.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

15.8.2. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

15.9. Da Sujeição a Perdas e Danos

15.9.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

15.10. Disposições Complementares

15.10.1. As sanções previstas nos subitens 15.2, 15.3 e 15.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas.

15.10.2. Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

16.1. Nos termos do art. 24, §§, do Decreto n.º 10.024/2019, até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

16.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@tcb.df.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço SGON Quadra 06, Lote Único, Bloco A, CEP: 70610-660 Brasília – DF, Unidade de Licitações e Compras.

16.3. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, conforme art. 24, § 1º, do Decreto n.º 10.024/2019.

16.4. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

16.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, na forma eletrônica, por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licitacao@tcb.df.gov.br.

16.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

16.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.8. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro no sistema Comprasnet pelo Portal www.gov.br/compras, no link correspondente a este edital, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

17. DO CONTRATO

17.1. As informações inerentes ao contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo e qualquer pedido alteração do Contrato/Nota de Empenho oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

21.2. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá o (a) pregoeiro (a), fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.

21.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ão) obrigada(s) a executar o objeto do contrato conforme previsto no Termo de Referência.

21.4. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

21.5. À Presidência da TCB fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei n.º 8.666/93 e Art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

21.6. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei n.º 13.303/2016, art. 81).

21.7. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei n.º 13.303/2016/93, art. 81).

21.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Pregão;

21.9. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.10. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo(a) Pregoeiro(a), no endereço mencionado no preâmbulo, ou através do telefone 61- 3344-2769, ou por e-mail: licitacao@tcb.df.gov.br.

21.11. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-644-9060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012).

21.12. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

21.13. O resultado de julgamento do certame será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, e no Diário Oficial da União quando se tratar recursos de repasse da União.

22. ANEXOS

22.1. Integram o presente instrumento convocatório os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Proposta

Anexo III - Modelo de Planilha de Composição de Custos

Anexo IV - Minuta de Contrato

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de preços

RICARDO FELICIANO DA COSTA

Pregoeiro

VÍTOR CÉSAR BATISTA AVEIRO

Diretor-Presidente Substituto



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO FELICIANO DA COSTA - Matr. 60.645-6, Pregoeiro(a)**, em 30/08/2021, às 13:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VITOR CÉSAR BATISTA AVEIRO - Matr. 0060583-2, Presidente da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília-Substituto(a)**, em 30/08/2021, às 14:32, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **68909160** código CRC= **6708285F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGON QUADRA 6 LOTE ÚNICO BLOCO A - Bairro ASA NORTE - CEP 70610-660 - DF

6133422927

00095-00000166/2021-01

Doc. SEI/GDF 68909160



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA
Superintendência de Planejamento e Projetos Especiais
Gerência de Planejamento

Termo de Referência - TCB/PRES/SUPPE/GEPLA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE DOS PROGRAMAS DE FRETAMENTO DA TCB

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO**
- 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
- 4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 5. DA COTA RESERVADA**
- 6. DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 7. DAS INFORMAÇÕES PARA ESTIMATIVA DOS CUSTOS**
- 8. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO**
- 10. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 13. DA GARANTIA DO CONTRATO**
- 14. DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS**
- 15. DAS PENALIDADES**
- 16. DO PAGAMENTO**
- 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 18. DO FORO**

1. DO OBJETO

1.1. O presente **Termo de Referência - TR** tem por objetivo a contratação de serviços de transporte de usuários participantes dos Programas de Fretamento da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, como: o prioritário **Programa RENOVA DF** e, em paralelo, os **Programas TCB Fretamento, TCB Comunidade, TCB Fretamento Privado, TCB Escola e TCB Parking, dentre outros**, utilizando-se de **micro-ônibus**, a partir de remuneração dos serviços via **custos por quilômetro**, a partir de metodologia consagrada pela literatura e legislações correlatas publicadas pelo Governo do Distrito Federal e que estejam em conformidade com os termos e condições estipulados neste **Termo de Referência - TR**.

1.2. Os serviços deverão ser prestados aos alunos/usuários matriculados nos Programas de Fretamento da TCB relacionados, entre o Ponto de Coleta e o Destino da realização das atividades, em cada uma das Regiões Administrativas – RA(s), do Distrito Federal – DF e entre as RA(s), sempre dentro da área territorial do Distrito Federal.

1.3. No contexto do **Programa RENOVA DF**, serão realizadas atividades práticas, em locais pré-definidos pela Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – SETRAB, que necessitarão de transporte de

alunos participantes do referido Programa.

1.4. Para os demais Programas, também serão realizadas atividades, visando o transporte dos respectivos usuários do serviço de transporte realizado pela TCB, de forma indireta.

1.5. O serviço a ser contratado é de natureza **NÃO CONTÍNUA**, ou contratados por escopo, em que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período pré-determinado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no §1º do Art. 57, da **Lei Nº. 8.666**, de 21 de Junho de 1993 e do inciso XVII, do Art. 6º, da **Lei Nº. 14.133**, de 01 de Abril de 2021, conforme o estabelecido nos termos do Art. 16 da **Instrução Normativa Nº 05**, de 25 de Maio de 2017, recepcionada no âmbito do Distrito Federal pelo **Decreto Nº 38.934** de 15 de Março de 2018.

2. DA JUSTIFICATIVA DO OBJETO

2.1. Com relação aos **Programas referenciados no item 1 do presente Termo de Referência - TR**, realizados de forma direta e/ou indireta pela TCB, encontra respaldo legal em seu **Estatuto Social**, que em seu Art. 3º, que discorre sobre o objetivo de tal Empresa Pública, sobre a sua função social, que à aplica através da realização do interesse público coletivo, orientada à busca do bem-estar econômico, a alocação eficiente dos seus recursos, a ampliação dos serviços com respeito à sustentabilidade ambiental, a responsabilidade social corporativa e, de maneira economicamente justificada, o desenvolvimento ou emprego de tecnologia alternativa.

2.2. A TCB apresenta também, outros objetivos estatutários: operar de forma direta, especificamente o modo rodoviário, os Serviços de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, nos termos da **Lei Nº. 4.011**, de 12 de Setembro de 2007; gerenciar e executar os serviços de transportes especiais aos órgãos do Governo do Distrito Federal e; gerenciar executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Governo do Distrito Federal.

2.3. Contudo, dentro do contexto da publicação do **Edital de Concorrência Nº. 01/2011 – ST**, as atividades operacionais de transporte coletivo foram mantidas com poucas linhas, sem perspectivas de ampliação no STPC/DF, devido às restrições estabelecidas na licitação ocorrida em 2011, a nova Diretoria da TCB assumiu com a incumbência de promover a **revitalização dos novos serviços de transportes necessários à comunidade**. Nesse sentido foram discutidas **novas perspectivas** para a empresa, com possibilidade de viabilizar e implantar novos negócios como os Programas **RENOVA DF, TCB de Fretamento TCB Comunidade, TCB Fretamento Privado, TCB Escola e TCB Parking, dentre outros**.

2.4. Conforme o **item 2.3.**, incube à TCB a realização de serviço de transporte, de forma direta e/ou indireta, visando melhorar as condições de transporte à comunidade, à partir dos Programas citados no referido **Termo de Referência - TR**. No referido caso, é de interesse público, caso a TCB não tenha condições operacionais, a possibilidade de contratação de empresas especializadas em transporte de passageiros, visando a plena realização dos Programas evidenciados, proporcionando condições operacionais satisfatórias para a promoção e identificação da eficácia e da eficiência socioeconômica para a realização do serviço de transporte necessário à comunidade.

2.5. No que tange ao Programa, dito como prioritário, **RENOVA DF**, este Termo de Referência se justifica, fundamentando-se no Art. 6º da Carta Magna, onde à sua luz se aponta sobre os direitos sociais, buscando assim também mirar o trabalhador, que diz que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

2.6. Registra-se o foco à **Emenda Constitucional Nº. 65**, de 13 de Julho de 2010, em virtude da mesma, trazer em seu Art. 2º desenho do Art. 227 da **Carta Magna**, assim exposta: é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

2.7. Com esse preâmbulo, faz-se a digressão do **Programa RENOVA DF** levando em consideração o Art. 7º: são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

2.8. Essa questão encontra-se solidificada da entrega que é oferecida ao cidadão, haja vista, esse fornecimento estar permeado por infraestrutura de atendimento; capacitação; qualificação; captação e intermediação de mão de obra; educação e conhecimento.

2.9. Assim, é um espaço vivencial, de interação com a realidade local, a vida e às infraestruturas públicas das Regiões Administrativas –RA(s), buscando formar na prática, no aprendizado, mudando-se a lógica da superação, da valorização territorial e, mais ainda, o caminho de fortalecimento da autoestima do trabalhador como porta de esperança no momento de crise social apresentada pelo alastre da pandemia COVID-19 no Mundo, no Brasil e no Distrito Federal.

2.10. Os elementos fáticos legais que são levados em consideração para o referido Programa é a **Lei Nº. 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019.

2.11. Assim, forma-se de maneira interessante, pensar em avançar, não só no empreendedorismo, mas também como estrutura e organização social. Na economia criativa, solidária, cooperativismo e setor de serviços, espaços entendidos pelo **Programa RENOVA DF**.

2.12. A busca de novas e modernas formas de repassar e consolidar o conhecimento está cada vez mais presente no mundo globalizado, pois há uma exigência de mercado para que só os melhores e mais preparados se apresentem e vão mais longe, mas contudo, esse pensamento colide com a missão da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal - SETRAB onde busca-se à que todos os brasileiros possam ser beneficiados pelas ferramentas de globalização, técnicas e expansão do conhecimento.

2.13. O cenário vem ao encontro de não eximir a responsabilidade do Governo do Distrito Federal frente ao problema, quem para tanto, exprimiu, primeiramente, o **Decreto nº 40.475**, de 28 de fevereiro de 2020 que declara a situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus.

2.14. Atualmente editou-se o **Decreto nº 40.583**, de 1º de abril de 2020: Secretaria de Estado de Trabalho – SETRAB que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências.

2.15. Nesse sentido, este Termo de Referência apresenta o objetivo de contratação de empresa especializada para a realização de transporte de alunos do **Programa RENOVA DF**, visando o seu deslocamento dos Pontos de Coleta até o local dos cursos e; para o transporte para os locais onde serão realizadas as atividades práticas, sendo que é de se salientar que a pretensa contratação, faz-se imprescindível para assegurar o início das atividades.

2.16. Será adotado o **Sistema de Registro de Preços - SRP**, uma vez que, pela natureza do objeto, não é possível fixar os quantitativos a serem contratados. É possível somente estabelecer a estimativa total, levando-se em consideração que o serviço pretendido será remunerado por unidade de medida, ou seja, a contratação se dará por quilômetro rodado.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os seguintes regramentos:

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, e suas alterações;

Lei Orgânica do Distrito Federal;

Lei Nº. 13.303, de 30 de junho de 2016;

Decreto Nº 41.037/2020;

Decreto Nº. 40.475/2020;

Decreto Nº. 40.583/2020;

Decreto Nº. 39.610/2019;

Lei Nº. 8.745/1993;

Lei Nº. 4.266/2008;

Lei Nº. 13.979/2020;

Lei Nº. 39.103/2018;

Portaria Conjunta Nº. 4, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, Nº 213, de 11 de Novembro de 2020.

Acessibilidade em veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros – ABNT NBR 14022;

Instrução Normativa Nº. 05, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 DOS VEÍCULOS

4.1.1. A Contratada deverá apresentar o **quantitativo máximo** de até **27 (vinte e sete) micro-ônibus, acrescido de 5% de carro reserva**, ou seja, no limite de até **03 (três) veículos, destinado à Ampla Concorrência**.

4.1.2. A Contratada deverá apresentar o **quantitativo máximo** de até **03 (três) micro-ônibus, acrescido de 5% de carro reserva**, ou seja, no limite de **01 (um) veículo, destinado à Cota Reservada**.

4.1.3. Caberá à contratante, no ato da emissão da **Ordem de Serviços – OS(s)**, definir o quantitativo de veículos a serem utilizados, respeitando os itens **4.1.1. e 4.1.2.**

4.1.4. Os **micro-ônibus** deverão ter capacidade mínima para **26 (vinte e seis) passageiros**. Estes veículos devem possuir desde o início da prestação dos serviços as seguintes características:

4.1.4.1. Máximo de **05 (cinco) anos** de fabricação, comprovados em documentação específica a ser apresentada no ato de assinatura do Contrato; e

4.1.4.2. Registro no Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF como veículo de passageiros, comprovantes de regularidade do ano corrente CRLV.

4.1.4.2.1. Na hipótese da impossibilidade de emissão junto ao DETRAN/DF do CRLV no ano corrente, a contratada deverá comprovar o pagamento do licenciamento, DPVAT e IPVA do referido ano, no intuito de comprovar a regularidade do veículo.

4.1.4.3. Realização de vistorias de inspeção, realizadas pelo DETRAN-DF, para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança.

4.1.4.4. Apresentação de lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira; e lanternas equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), sonorizador e câmara de marcha à ré.

4.1.4.5. Apresentação de lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira.

4.1.4.6. Apresentação de cintos de segurança em número igual à lotação.

4.1.4.7. Apresentação de outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

4.1.4.8. Apresentação de comprovante do seguro do veículo que indenize danos materiais e pessoais, obedecendo ao limite mínimo de indenização no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

4.1.4.9. Autorização à condução coletiva de transporte, emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito do Distrito Federal, em conformidade com o art. 136 da **Lei Nº. 9.503** de 23 de setembro de 1997- Código de Trânsito Brasileiro, que deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de alunos em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante de conformidade com o art. 137 do mesmo diploma legal.

4.1.4.10. Em casos excepcionais em que for comprovada a inviabilidade e/ou a impossibilidade total da utilização de micro-ônibus, após avaliação e autorização formal do executor do contrato, poderá ser autorizada a utilização de micro-ônibus (observados os requisitos e as características previstas na legislação para tal veículo).

4.1.4.11. O quantitativo estimado de quilômetros e/ou de veículos poderá sofrer acréscimo ou supressão na ordem de 25% (vinte e cinco por cento) durante a vigência do contrato, conforme necessidade operacional, nos termos de legislação específica.

4.2. DOS PROFISSIONAIS

4.2.1. MOTORISTA

4.2.1.1. Conforme dispõe o Art. 138 do CTB e o art. 6º do **Decreto Nº. 37.332/2016**, bem como de quaisquer outras que venham a ser estabelecidas na legislação durante a vigência do contrato, os veículos deverão ser conduzidos por pessoas devidamente habilitadas, devendo satisfazer aos seguintes requisitos:

- a) portar, durante a condução do veículo, o Registro de Condutor de Veículo de Transporte de Passageiros, conferido pelo órgão de fiscalização de trânsito competente;
- b) permanecer devidamente identificado com uso visível de crachá durante a execução dos serviços;
- c) apresentar-se uniformizado, trajando calças compridas, camisa com mangas e calçados fechados (o vestuário deverá conter o logotipo da empresa);
- d) não ter antecedentes criminais;
- e) não ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;
- f) não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima;
- g) ser habilitado com CNH na categoria “D” ou “E”;
- h) ter idade superior a vinte e um anos; e
- i) cumprir as determinações contidas em todo o ordenamento jurídico que norteia a execução do serviço de transporte de Passageiros do STPC/DF.

4.3. DOS ITINERÁRIOS E QUILOMETRAGEM ESTIMADA

4.3.1. Para efeito desta contratação, ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

A. **Itinerário:** é o registro do trajeto a ser percorrido para o deslocamento do aluno **desde o seu embarque até o destino**, de acordo com as necessidades estabelecidas pela Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal; e

B. **Itinerário Morto:** trajeto entre a garagem e o ponto de embarque dos usuários; e

C. **Trajeto:** é o espaço efetivamente percorrido.

4.3.2. A quantidade total estimada de quilometragem para a contratação foi apurada levando-se em consideração os itinerários preestabelecidos pelos Programas de Fretamento da TCB, resultado da soma algébrica dos **totais de quilômetros mensais calculados para percorrer os trajetos**, multiplicados pelo valor do custo por quilômetro, aprovados em licitação, levando em consideração, também, o **itinerário morto de 5%**.

4.3.3. Os itinerários poderão eventualmente ser alterados, acrescidos, diminuídos, extintos ou substituídos, de forma provisória ou definitiva, para atender às atividades extracurriculares de cunho pedagógico.

4.3.4. Poderá ocorrer qualquer alteração, acréscimo, decréscimo, extinção ou substituição de itinerário, de forma provisória ou definitiva, desde que devidamente motivada e com prévia e formal autorização do executor do contrato.

4.3.5. A quilometragem realizada pela empresa será composta pela **quilometragem do ponto de coleta dos usuários até o seu destino** e; e da mensuração de **5% de quilometragem morta**, que representa o **trajeto da garagem até o ponto de coleta dos usuários**.

4.3.6. Será realizada a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de transporte para **Ampla Concorrência** e para **Cota Reservada**.

4.3.5. A **quilometragem prevista mínima e máxima da Ata de Registro de Preços, relativa à Ampla Concorrência e Cota Reservada** atenderão o quadro abaixo.

	Ampla Concorrência	Cota Reservada	TOTAL
Quilometragem Prevista Mínima	91,00 Km	91,00 Km	91,00 Km
Quilometragem Prevista Máxima	648.000,00 Km	72.000,00 Km	720.000,00 Km

4.3.6. **Os serviços serão contratados, conforme as demandas dos órgãos requisitantes.**

4.3.7. **Para a realização dos serviços deverá ser emitida as respectivas Ordens de Serviços - OS, a serem emitidas pela contratante.**

5. DA COTA RESERVADA

5.1. O **ENCARTE A.1 (planilha de formação de custos)** refere-se à **cota reservada** e assegurada da preferência de contratação para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (EPP) em condições diferenciadas, na forma da Lei Nº 4.611 de 09 de Agosto de 2011, regulamentada pelo Decreto Nº 35.592 de 02 de Junho de 2014, no âmbito do Distrito Federal.

5.2. O percentual para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte foi estabelecido com base na quilometragem estimada, não permitindo que a entidade que participe do certame licitatório venha a auferir faturamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de Microempresa ou EPP, conforme estabelece o §2º, do Art. 2º, do Decreto Nº 35.592/2014.

5.3. Será inabilitada a empresa que, uma vez não enquadrada como beneficiária do tratamento diferenciado, oferecer proposta utilizando-se da condição de entidade preferencial para a cota reservada, em atendimento ao Art. 26, § 5º da Lei Nº 4.611/2011.

5.4. Na hipótese de não haver vencedora entre as empresas beneficiárias do tratamento diferenciado para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes (**ampla concorrência**), desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, respeitando a classificação de cada uma no sistema.

5.5. Caso o licitante vencedor da **cota reservada** seja o mesmo da cota principal do mesmo objeto (cota de ampla participação), a contratação da cota deverá ocorrer pelo menor preço, a ser compatibilizado pelo pregoeiro na fase de negociação no sistema.

6. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados em todas as Regiões Administrativas – RA(s) do Distrito Federal, nos itinerários preestabelecidos pelos Programas de Fretamento da TCB.

7. DAS INFORMAÇÕES PARA ESTIMATIVA DOS CUSTOS

7.1. A estimativa dos custos da contratação será obtida mediante pesquisa de preços dos insumos da planilha de custos conforme o modelo estabelecido nos **ENCARTES A e A.1**, deste Termo de Referência; de consulta às empresas do ramo e; de preços públicos e compatíveis com valores pagos pela Administração Pública, por intermédio de certames licitatórios, observado o correto preenchimento do citado encarte.

8. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. As propostas deverão ser impressas, sem emendas, rasuras, entrelinhas, acréscimos ou aditivos, **EM FORMULÁRIO PRÓPRIO**, pelo proponente ou representante legal e ainda conter:

8.1.1. O Valor do quilômetro rodado, observando-se o quantitativo de veículos a serem utilizados e os itinerários a serem percorridos, com até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, computados todos os gastos inerentes à prestação dos serviços (insumos e pessoal);

8.1.2. **ENCARTE A**, que expressa a composição de todos os seus custos, sob pena de desclassificação, observadas as condições estabelecidas neste instrumento;

8.1.3. A proposta que apresentar em qualquer de seus itens valores irrisórios ou incompatíveis com os preços orçados pela contratante, acrescidos dos respectivos encargos, será rejeitada, exceto quando se referirem a materiais ou instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou totalidade da remuneração;

8.1.4. Erro no preenchimento da planilha será motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

8.1.5. A proposta de preços deverá ser elaborada de acordo com as **Planilhas de Formação de Custos – ENCARTES A e A.1** deste Termo de Referência, observando-se as seguintes disposições:

a) Valor para todos os itens constantes nas **Planilhas de Formação de Custos - ENCARTES A e A.1** do Termo de Referência, em moeda corrente nacional (Real - R\$), com até duas casas decimais, expressa em algarismos, não sendo considerado o arredondamento.

b) Valor do quilômetro rodado em algarismo e por extenso;

c) A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço;

d) Os custos oriundos de obrigações trabalhistas deverão observar os parâmetros fixados em acordos ou convenções coletivas ou dissídio coletivo da categoria, desde que respeitado o percentual limite da **Decisão Nº 544/2010 - TCDF**;

e) Previsão de todos os insumos, incluindo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidade adequadas à perfeita execução contratual; e

f) Na cotação do vale-transporte deverá ser observada disposição legal.

8.1.6. A empresa deverá apresentar memória de cálculo e demonstração da metodologia empregada na formulação de todos os itens de custo que compõem as **Planilhas de Formação de Custos – ENCARTES A e A.1**, sob pena de desclassificação.

8.1.7. A apresentação das documentações constantes no presente item 8. serão estabelecidas no **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

9.1. As licitantes deverão comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e relação do pessoal técnico adequado, além da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

9.2. A licitante deverá comprovar qualificação técnica operacional mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos pelos contratantes titulares de pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, relativos à execução de serviços de **transporte** de pessoas em características e quantidades em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do número total de veículos que a licitante vier a contratar com a TCB.

9.2.1. - A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram prestados os serviços.

9.3. Preferencialmente antes da habilitação, a TCB poderá realizar diligências nas dependências da licitante, no intuito de fiscalizar/comprovar a qualidade técnica e operacional apresentada nos itens **9.1, 9.2 e 9.2.1**, onde elaborará declaração de conformidade inclusive quanto aos requisitos do objeto licitado.

9.3.1. As diligências que verificarem a incapacidade técnica e/ou operacional da licitante resultarão em um relatório circunstanciado que deverá descrever detalhadamente as inconsistências verificadas.

9.3.2. Caso a capacidade técnica da licitante seja considerada insuficiente antes de sua habilitação, será desclassificada do certame.

9.4. Há situações em que as exigências de experiência anterior com a fixação de quantidades mínimas são plenamente razoáveis e justificáveis, porquanto traduzem modo de aferir se as empresas licitantes preenchem além dos pressupostos operacionais – vinculados ao aparelhamento e pessoal em número adequado e suficiente à realização do serviço, requisitos não menos importantes de ordem imaterial relacionados com a organização e logística empresarial. O fornecimento do atestado de capacidade técnica deve referenciar um quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) para a prestação de serviço prospectado para o objeto.

10. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses, a contar do início da efetiva prestação do serviço, improrrogáveis.**

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da **CONTRATANTE**

11.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por intermédio do EXECUTOR DO CONTRATO;

11.1.2. Apresentar o modelo do mapa de frequência dos alunos atendidos pelo transporte;

11.1.3. Promover inspeção nos veículos antes da utilização destes ou a qualquer tempo, a fim de verificar os aspectos gerais e documentais dos veículos e condutores, conforme as exigências constantes neste Termo de Referência e em toda a legislação vigente;

11.1.4. Informar a necessidade de alteração, inclusão ou exclusão de itinerário por ocasião da inclusão e/ou exclusão de alunos;

11.1.5. Informar quanto à necessidade de acréscimo ou mudança de tipo de veículo em decorrência de eventual ou definitiva alteração de itinerários ou quantitativos de alunos;

11.1.6. Solicitar e autorizar a execução dos serviços por meio de emissão de autorização de serviço;

11.1.7. Conferir e atestar as faturas apresentadas pela Contratada, correspondentes aos serviços efetivamente prestados, devendo considerar a quilometragem total percorrida durante o mês;

11.1.8. Fiscalizar a efetiva prestação dos serviços;

11.1.9. Encaminhar a documentação dos veículos objeto do contrato ao órgão competente do Distrito Federal para a realização de vistoria necessária à autorização de tráfego;

11.1.10. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços;

11.1.11. Efetuar o pagamento dos serviços nas condições e preços pactuados no contrato e de acordo com as normas orçamentárias do Distrito Federal; e

11.1.12. A Contratante, às suas expensas, poderá, a qualquer tempo e conveniência, valer-se da utilização de equipamentos de controle de frequência e/ou instalação de equipamentos de monitoramento por meio de câmeras de vídeo, GPS, telemetria e outros, como mecanismos de monitoramento, controle e fiscalização dos serviços.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações da CONTRATADA

12.1.1. Executar os serviços conforme especificado no presente Termo de Referência, no instrumento convocatório e no contrato, em consonância com os quantitativos preestabelecidos pela Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal - SETRAB;

12.1.2. Apresentar relação contendo a identificação dos veículos que serão utilizados para prestação dos serviços juntamente com as cópias autenticadas das apólices de seguro, comprovante de pagamento do IPVA, seguro obrigatório e demais documentos necessários a comprovar a regularidade de cada veículo;

12.1.3. Apresentar à Contratante relação constando nome, função, endereço residencial e telefone dos empregados alocados na prestação dos serviços; comprovante do vínculo empregatício dos empregados relacionados; cópias das Carteiras de Motorista dos prestadores de serviços relacionados e certificados de comprovação da escolaridade exigida de todos os prestadores de serviço;

12.1.4. Apresentar os documentos relacionados aos itens **12.1.2 e 12.1.3**, sem prejuízo de outros relacionados à prestação de serviços, que deverão ser entregues à Contratante no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato;

12.1.5. Apresentar, quando solicitado pela Contratante, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível dos prestadores de serviços;

12.1.6. Apresentar ao executor do contrato, por meio físico ou eletrônico, planilha contendo os itinerários percorridos para realização das atividades curriculares, juntamente com a Nota Fiscal para pagamento;

12.1.7. Manter os veículos em bom estado de conservação/limpeza, adequados ao transporte de passageiros e em consonância com as normas de segurança e estabelecidas em legislação própria, citadas neste Termo de Referência;

12.1.8. Apresentar à Contratante, semestralmente, comprovação da vistoria obrigatória feita pelo DETRAN/DF;

12.1.9. Controlar a assiduidade e a pontualidade de seus motoristas, bem como a correta observância das atribuições e cláusulas ajustadas para a prestação dos serviços;

12.1.10. Garantir o fornecimento de veículos com a capacidade de lotação mínima estabelecida neste Termo de Referência, composto por todos os requisitos de segurança legalmente exigidos;

12.1.11. Transportar os alunos exclusivamente sentados e em assento de passageiro, usando obrigatoriamente cinto de segurança, não sendo permitida a permanência de alunos em pé;

12.1.12. Garantir que os veículos trafeguem em conformidade com a legislação específica;

- 12.1.13. Apresentar, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO, emitida pelo DETRAN/DF, conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito, sob pena de sofrer as penalidades previstas no **Decreto Nº. 26.851/2006**;
- 12.1.14. Garantir o uso dos equipamentos obrigatórios e de segurança exigidos pela legislação, em especial pelo Código de Trânsito Brasileiro, em todos os veículos que serão utilizados para prestação dos serviços;
- 12.1.15. Prestar os serviços de transporte com assiduidade e pontualidade, devendo obedecer aos horários para entrada e saída dos alunos beneficiários dos serviços;
- 12.1.16. Providenciar que os veículos estejam à disposição dos alunos no prazo mínimo de 10 (dez) minutos antes do horário de embarque, de acordo com o ponto de embarque estabelecido; este mesmo prazo deve ser obedecido após o encerramento de cada turno;
- 12.1.17. Chegar ao local de desembarque dos alunos com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos e máxima de 30 (trinta) minutos do início das aulas e/ou atividade pedagógica por turno, de acordo com os horários estabelecidos pela Secretaria de Estado do Trabalho do Distrito Federal – SETRAB, no caso no Programa RENOVA DF e pela TCB, no caso dos demais Programas, para os quais o serviço será prestado;
- 12.1.18. Arcar com todas as despesas decorrentes da manutenção dos veículos incluídas os reparos e as trocas de peças, os custos com eventuais serviços de guinchos ou transportes similares, multas, taxas, emolumentos, impostos ou outras despesas inerentes à utilização dos mesmos;
- 12.1.19. Disponibilizar, quando solicitado, os veículos utilizados na prestação dos serviços para instalação de aparelhos de GPS e/ou qualquer outro equipamento para realização do monitoramento ou da gestão do serviço, conforme estabelece o Item 11.1.12.;
- 12.1.20. Zelar, manter em funcionamento, comunicar eventuais inconsistências/desconformidades de operação e permitir a adequada manutenção dos equipamentos citados no item **11.1.12.**;
- 12.1.21. Disponibilizar à contratante, espaços nos veículos para instalação de tela embarcada, *busdoor* e outros meios de comunicação, para a divulgação dos Programas de transporte citados;
- 12.1.22. Substituir, imediatamente, motorista por outro igualmente qualificado em casos de afastamentos legais, inclusive por inadequação ao serviço, devendo inclusive comunicar a contratante no prazo máximo de 24 horas;
- 12.1.23. Substituir, imediatamente, qualquer veículo que, por algum motivo, não tenha as condições previstas neste Termo de Referência e nas normas legais, devendo inclusive comunicar a contratante no prazo máximo de 24 horas;
- 12.1.24. Responsabilizar-se por quaisquer danos que venham causar a terceiros e/ou ao patrimônio público durante a execução dos serviços contratados, reparando-os às suas custas;
- 12.1.25. Manter, durante toda a vigência do contrato, a documentação pertinente aos serviços em perfeitas condições legais, a qual poderá ser requisitada, a qualquer tempo, para fins de verificação de regularidade pela Contratante;
- 12.1.26. Prestar informações aos alunos relativas à segurança e higiene dos veículos;
- 12.1.27. Zelar pela segurança dos alunos no ato do embarque e desembarque, bem como durante o transporte;
- 12.1.28. Registrar a frequência diária dos alunos, de forma eletrônica ou através de listagem, que deverá ser compilada e encaminhada ao executor do contrato;
- 12.1.29. Zelar pela observância das normas relativas à proibição do uso e comercialização de bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e similares durante o transporte, bem como de qualquer produto legalmente proibido;
- 12.1.30. Proibição de comercialização de qualquer produto dentro do veículo;
- 12.1.31. Zelar pela higiene do veículo durante o período de transporte dos alunos;

- 12.1.32. Verificar a utilização de cintos de segurança por parte dos alunos e garantir a acomodação e permanência dos mesmos em assentos individuais;
- 12.1.33. Não permitir aos motoristas e alunos a utilização ou transporte de objetos perfurantes, cortantes ou de quaisquer artefatos que atentem contra a saúde e a integridade física dos passageiros, bem como a comercialização de quaisquer mercadorias durante o transporte;
- 12.1.34. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas (respeitando o piso salarial de cada categoria conforme previsto no Acordo Coletivo), sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 12.1.35. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 12.1.36. Adotar todas as medidas necessárias no início da execução contratual, para instruir seus empregados quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes;
- 12.1.37. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante; CBTU, com base no art. 43, inciso I, da **Lei Nº 8.443/92**; nos arts. 194, inciso II, 209 e 210 do Regimento Interno/TCU; e no art. 31, inciso II, da **Instrução Normativa TCU Nº 09/95**, acrescentou às exigências fixadas para o contratado, nos contratos de execução continuada ou parcelada, a cada pagamento efetivado, a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal (art. 27 da **Lei Nº 8.036/90**) e da Certidão Negativa de Débito emitida pelo INSS (art. 47 da **Lei Nº 8.212/91**), ou de documento definido como equivalente na regulamentação própria de cada órgão;
- 12.1.38. Não permitir a alocação de prestadores de serviços com idades inferiores ao estabelecido neste Termo de Referência;
- 12.1.39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.1.40. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 32, §1ª da **Lei Nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, que estabelece nas licitações e os contratos disciplinados pela mesma devem ser observados os requisitos ambientais com o menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 12.1.41. Disponibilizar os veículos, a qualquer tempo e mediante comunicação prévia, para vistoria e inspeção a ser realizada pelos órgãos fiscalizadores, além de adequá-los aos parâmetros que serão estabelecidos legalmente;
- 11.1.42. Pelo não cumprimento das obrigações constantes no presente item haverá aplicação de penalidades; e

12.2. A contratada deverá obedecer às normas e procedimentos de prevenção à disseminação do novo coronavírus e outras doenças infectocontagiosas que vierem a ser estabelecidos pela Secretaria de Estado Saúde do Distrito Federal - SES e outros órgãos sanitários competentes.

13. DA GARANTIA DO CONTRATO

13.1. A licitante vencedora do certame, quando da sua contratação, prestará garantia de execução do Contrato nos moldes do art. 70 da **Lei Nº. 13.303/16**, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o seu término da sua vigência, em valor correspondente a 2% (dois por cento) do valor total do contrato.

14. DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por representantes da Contratante, especialmente designados, com vistas à verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento da execução do contrato e, ainda, as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, a ser publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF.

15. DAS PENALIDADES

15.1. – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto Nº 26.851** de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31 de Maio de 2006, pg. 05/07, alterado pelos **Decretos Nº 26.993/2006** de 12 de Julho de 2006, **Nº. 27.069/2006** de 14 de Agosto de 2006, **Decreto Nº 35.831/2014**, de 19 de Setembro de 2014 e **Decreto Nº 36.974**, de 11 de Dezembro de 2015.

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão da delegação ou da frota;

IV - Cassação da delegação ou da frota; e

V - Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

b) Para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na **Lei Nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.2. – Será garantido à contratada, em relação às sanções aplicadas, o direito de defesa e contraditório, através de recurso administrativo dirigido à autoridade administrativa competente, contudo, a contratante realizará a respectiva glosa dos valores constante nas sanções de forma imediata na primeira fatura subsequente, comprometendo-se a restituí-los no caso de acolhimento do recurso administrativo.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os serviços serão pagos da seguinte forma:

16.1.1. Os serviços serão pagos tendo como unidade de medida o valor do quilômetro rodado;

16.1.2. O faturamento mensal deverá representar o quantitativo de quilômetros efetivamente rodados, em consonância com dias letivos (atividades curriculares e extracurriculares), conforme a seguinte fórmula: Valor do quilômetro rodado (multiplicado) pela quilometragem efetivamente rodada no mês em referência, de acordo com o calendário do Programa RENOVA DF e de outros Programas evidenciados neste Termo de Referência;

16.1.3. O total de quilometragem a ser considerado como efetiva prestação de serviço mensal deverá ser representado por meio do somatório de quilômetros rodados por itinerários durante o mês, tendo como referencial o local de embarque do aluno até o Local do Curso e das atividades práticas a serem realizadas.

16.1.4. O pagamento será realizado de acordo com as normas de execução financeira, orçamentária e contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de nota fiscal, com liquidação em até 30 (trinta) dias de sua apresentação, e devidamente atestada pelo Executor do Contrato;

16.1.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.1.6. Caso o serviço seja recusado ou a correspondente Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do serviço ou do documento fiscal, de acordo com o evento;

16.1.7. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado mediante parcela única e, caso não seja realizado no prazo estipulado ao **item 16.1.4**, o valor em atraso deverá ser reajustado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, nos termos do **Decreto Distrital Nº 37.121/2016**;

16.1.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

16.1.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

16.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecida pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizada (**Lei Nº 8.036/90**);
- c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal ou do Estado em que se encontra domiciliada comercialmente a Contratada;
- d) Certidão Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e da Dívida Ativa da União/Ministério da Economia/Receita Federal; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os serviços deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do Contrato, mediante emissão da autorização de serviço.

17.2. Reserva-se à Contratante o direito de anular ou revogar, total ou parcialmente, a pretensa licitação, visando à legalidade do procedimento ou o interesse da Administração, por parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito de indenização.

17.3. Reserva-se à licitante o direito de promover diligências destinadas a esclarecer a instrução do processo licitatório, em qualquer fase de seu andamento.

17.4. A Contratante não se responsabilizará por transporte que venha a ser realizado sem prévia autorização.

17.5. Situações excepcionais e os casos omissos quanto ao atendimento de transporte de passageiros serão resolvidos pelo(s) executor(es) do Contrato, a ser(em) designado(s) pela Contratante.

17.6. É parte integrante deste Termo de Referência, o seguinte anexo:

ENCARTE A - Planilhas de Formação de Custos (Modelo e Pesquisa) - AMPLA CONCORRÊNCIA; e

ENCARTE A.1 - Planilhas de Formação de Custos (Modelo e Pesquisa) - COTA RESERVADA.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro do Distrito Federal, Seção Judiciária da Cidade de Brasília/DF, para dirimir eventuais conflitos acerca da execução do presente objeto de contratação.

André Guimarães Peixoto

Gerente de Planejamento

Matrícula: 60.670-7

Gerência de Planejamento - GEPLA

Superintendência de Planejamento e Projetos Especiais - SUPPE

Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB

Analista de Transportes Urbanos/SEMOB/DF

Matrícula: 264.207-7



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE GUIMARÃES PEIXOTO - Matr. 60.670-7, Gerente de Planejamento**, em 24/08/2021, às 17:37, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **68558169** código CRC= **386A0829**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SGON Quadra 06 Lote Único Bloco A - Bairro Setores Complementares - CEP 70610-660 - DF

33442769

TUTORIAL PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS

PROGRAMAS DE FRETAMENTO DA TCB

CARACTERIZAÇÃO DOS CAMPOS PARA PREENCHIMENTO DO MODELO DE GESTÃO DOS CUSTOS E REMUNERAÇÃO ÀS OPERADORAS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS. (SOMENTE DEVEM SER PREENCHIDOS OS CAMPOS HAXURADOS EM AMARELO)		
01	Inserir o preço médio de aquisição do diesel S10 + Arla .	R\$/Litro
02.1	Inserir o preço médio do lubrificante de caixa .	R\$/Litro
02.2	Inserir o preço médio do lubrificante de freio .	R\$/Litro
02.3	Inserir o preço médio do lubrificante de cárter .	R\$/Litro
02.4	Inserir o preço médio da graxa .	R\$/Kg
09	Inserir o valor a ser pago no mês, relativo à auxílio refeição , conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho (R\$ x 22 dias úteis).	R\$/Funcionário/mês
10	Inserir o valor a ser pago por mês, relativo à cesta-básica , conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.	R\$/Funcionário/mês
11	Inserir o valor a ser pago por mês, relativo à assistência patronal-sindicato , conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.	R\$/Funcionário/mês
12	Inserir o valor a ser pago por mês, relativo à plano de saúde médico-odontológico , conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.	R\$/Funcionário/mês
13	Inserir o valor a ser pago no ano, relativo à seguro de vida de terceiros , conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.	R\$/ano
14	Inserir o valor a ser pago por mês, relativo à auxílio transporte , conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho. Deve ser descontado 6,00% na folha do funcionário (R\$11,00 x 22 - {6% x [(Salário Motorista + Salário Supervisor + Salário Administração)/3]}).	R\$/Funcionário/mês
16	Inserir o somatório dos valores a serem pagos no ano, relativo à taxas de veículos , conforme tributação estipulada em Lei. As taxas dos veículos encontram-se registradas no item 16 da planilha de custos.	R\$/Veículo/ano
34	Inserir o valor médio do pneu .	R\$/Pneu
35	Inserir o valor médio de recapagem , caso existente.	R\$/Recapagem
36	Inserir o valor médio do veículo novo (microônibus) .	R\$/Veículo
38	Inserir o valor a ser pago por mês, com salário-base de motorista , conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.	R\$/Motorista/mês
39	Inserir o valor a ser pago por mês, com salário-base de supervisor , conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.	R\$/Supervisor/mês
40	Inserir o valor médio a ser pago por mês, com salário-base de pessoal de administração , conforme Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.	R\$/Pessoal Adm./mês
48	Inserir o valor médio agregado (camisa/sapato/calça/cinto) para o ano corrente, relativo à uniforme.	Somatório (R\$/cada item)
59	Inserir o valor do aluguel da instalação .	R\$/mês
60	Inserir a área do terreno da instalação .	m ²

Obs.: Devem ser preenchidos **todos os campos haxurados em amarelo**. Caso, não seja preenchido, será descartada a proposta da empresa para a participação no certame licitatório.

ESTUDO DOS CUSTOS POR QUILOMETRO (RESOLUÇÃO No. 4.618/95 - CTPC/DF)
PROGRAMAS DE FRETAMENTO DA TCB
QUILOMETRAGEM DIÁRIA/VEÍCULO=90,9 KM/VEIC.
QUILOMETRAGEM MENSAL/VEÍCULO=2.000 KM/VEIC.
AMPLA CONCORRÊNCIA

	COEFICIENTES BÁSICOS DE CONSUMO	UNIDADE	VALORES (R\$/UN.)	CUSTO UNITÁRIO (R\$/Km)	%
01- COMBUSTIVEL **	0,250000	L/KM		R\$ 0,00	#DIV/0!
02- LUBRIFICANTES *	-		-	R\$ 0,00	#DIV/0!
02.1- ÓLEO DE CAIXA *	0,000691	L/KM		R\$ 0,00	-
02.2- ÓLEO DE FREIO *	0,000135	L/KM		R\$ 0,00	-
02.3- ÓLEO DE CÁRTER *	0,005683	L/KM		R\$ 0,00	-
02.4- GRAXA *	0,000173	L/KM		R\$ 0,00	-
03- RODAGEM **	0,000045	PNEUS/KM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
04- PEÇAS DE REPOSIÇÃO *	0,83%	VEÍCULO COM PNEUS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
CUSTO VARIÁVEL				R\$ 0,00	#DIV/0!
05- PESSOAL DE OPERAÇÃO ***				R\$ 0,00	#DIV/0!
- MOTORISTA	21,5006	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
- SUPERVISOR	5,6721	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
06- PESSOAL DE MANUTENÇÃO *	23,00%	CUSTO PESSOAL OPERACIONAL	-	R\$ 0,00	#DIV/0!
07- PESSOAL DE ADMINISTRAÇÃO ***	6,6140	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
08- UNIFORME ***	1,6322	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
09- AUXÍLIO REFEIÇÃO ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
10- CESTA BÁSICA ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
11- ASSISTÊNCIA PATRONAL ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
12- PLANO DE SAÚDE MÉDICO- ODONTOLÓGICO ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
13- SEGURO DE VIDA TERCEIROS ***	-	-		R\$ 0,00	#DIV/0!
14- AUXÍLIO TRANSPORTE ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
CUSTO FIXO SUBTOTAL 1				R\$ 0,00	#DIV/0!
15- DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS *	2,00%	VEICULO COM PNEU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
16- TAXAS VEÍCULOS *** Seguro Obrigatório; Licenciamento; Tacógrafo Aferição; Tacógrafo IMMETRO; Inspeção Veicular IMMETRO; e IPVA.	-	-		R\$ 0,00	#DIV/0!
17- DEPRECIAÇÃO DE FROTA ***					
	4,6400	VEICULO SEM PNEU / VEICULO x ANO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
18- REMUNERAÇÃO DE FROTA ***					
	1,8096	VEICULO SEM PNEU / VEICULO x ANO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
19- REMUNERAÇÃO DE INSTALAÇÕES **	-	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
20- REMUNERAÇÃO DE MÁQUINAS / EQUIPAMENTOS *	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
21- REMUNERAÇÃO DE ALMOXARIFADO *	3,00%	VEICULO COM PNEU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
22- DEPRECIAÇÃO DE MÁQUINAS / INSTALAÇÕES / EQUIPAMENTOS *	0,0001	VEICULO COM PNEU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
CUSTO FIXO SUBTOTAL 2				#DIV/0!	#DIV/0!
CUSTOS FIXOS (SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2)				#DIV/0!	#DIV/0!
CUSTO TOTAL (VARIÁVEL + FIXO) (sem ISS/PIS/COFINS)				#DIV/0!	#DIV/0!

* Dados referenciais contidos na Resolução N°. 4.618/95 - CTPC/DF e Atualizações.

** Dados informados pela TCB e, desenvolvido metodologia para os respectivos cálculos.

*** Cálculos realizados, a partir das informações contidas nos manuais do GEIPOT e da ANTT.

ESTUDO DOS CUSTOS POR QUILOMETRO (RESOLUÇÃO No. 4.618/95 - CTPC/DF)
PROGRAMAS DE FRETAMENTO DA TCB
QUILOMETRAGEM DIÁRIA/VEÍCULO=90,9 KM/VEIC.
QUILOMETRAGEM MENSAL/VEÍCULO=2.000 KM/VEIC.
AMPLA CONCORRÊNCIA

DADOS OPERACIONAIS		RESULTADOS FINAIS	
23- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR DIA (Km)	2.454,55	49- ISS (5,00%)	#DIV/0!
24- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR MÊS (Km)	54.000,00	50- PIS (0,65%)	#DIV/0!
25- QUILOMETRAGEM PARA CÁLCULO	51.300,00	51- COFINS (3,00%)	#DIV/0!
26- QUILOMETRAGEM MORTA (5%)	2.700,00	52- CUSTO TOTAL (com ISS/PIS/COFINS)	#DIV/0!
27- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR ANO (Km)	648.000,00	53- BDI	#DIV/0!
28- FROTA TOTAL	29		#DIV/0!
29- FROTA OPERANTE	27	54- Prazo (Mês)	12
30- FROTA RESERVA (5%)	2	55- Valor do Contrato - Prazo do Contrato	#DIV/0!
31- PMA (Km/Veic. x Ano)	24.000,00	56- Valor por Veículo Operante (Mês)	#DIV/0!

DADOS ESPECÍFICOS - RODAGEM		57- Valor da Instalação (Prazo do Contrato)	#DIV/0!
32- QUANTIDADE DE PNEUS	6,00	58- Investimento/Veículo (m ² /Veic)	80,00
33- VIDA ÚTIL DO PNEU (Km)	132.500,00	59- Aluguel da Instalação (R\$)	
34- PREÇO MÉDIO DO PNEU (R\$)		60- Área do Terreno (m ²)	
35- PREÇO MÉDIO DA RECAPAGEM (R\$)		61- R\$/m ²	#DIV/0!
		62- Quantidade de Veículos	0
DADOS ESPECÍFICOS - VEÍCULO		63- Prazo do Contrato	12
36- PREÇO MÉDIO <u>VEÍCULO NOVO COM PNEUS</u> (R\$)		64- R\$/m ² x Veic	#DIV/0!
37- PREÇO MÉDIO <u>VEÍCULO NOVO SEM PNEUS</u> (R\$)	R\$ 0,00	65- Valor da Instalação/Mês	#DIV/0!

DADOS ESPECÍFICOS - PESSOAL	
38- SALÁRIO-BASE MOTORISTA (R\$)	
39- SALÁRIO-BASE SUPERVISOR (R\$)	
40- SALÁRIO-BASE ADMINISTRATIVO (R\$)	
41- ENCARGOS SOCIAIS (%)	70,64%
42- SALÁRIO MOTORISTA (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 0,00
43- SALÁRIO SUPERVISOR (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 0,00
44- SALÁRIO ADMINISTRATIVO (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 0,00
45- FATOR DE UTILIZAÇÃO MOTORISTA	1,0500
46- FATOR DE UTILIZAÇÃO SUPERVISOR	0,2770
47- FATOR DE UTILIZAÇÃO ADMINISTRATIVO *	0,3230

DADOS ESPECÍFICOS - UNIFORMES	
48- PREÇO CAMISA (R\$)	
48- PREÇO SAPATO (R\$)	
48- PREÇO CALÇA (R\$)	
48- PREÇO CINTO (R\$)	

DADOS ESPECÍFICOS - REMUNERAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
FROTA ATÉ 150 VEÍCULOS (%) *	5,00
FROTA ENTRE 151 E 250 VEÍCULOS (%) *	3,90
FROTA ENTRE 251 E 350 VEÍCULOS (%) *	2,90
FROTA ACIMA DE 350 VEÍCULOS (%) *	1,80

MÉTODO DE COLE (SOMA DOS DÍGITOS DECRESCENTES)
CÁLCULO DO CUSTO POR QUILOMETRO RELATIVO À DEPRECIAÇÃO E REMUNERAÇÃO DA FROTA
PROGRAMAS DE FRETAMENTO TCB

TIPO	IDADE (MESES)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	VALOR DEPRECIADO R\$	FATORES DE REMUNERAÇÃO	VALOR REMUNERADO R\$	PREÇO DO VEÍCULO NOVO SEM RODAGEM R\$	VALOR TOTAL DE DEPRECIAÇÃO R\$	VALOR DE REMUNERAÇÃO R\$
	01 a 12		0,2667	-	0,1200	-			
	13 a 24		0,2133	-	0,0880	-			
	25 a 36	29	0,1600	4,6400	0,0624	1,8096			
	37 a 48		0,1067	-	0,0432	-			
	49 a 60		0,0533	-	0,0304	-			
	61 a 72		0,0000	-	0,0240	-			
	73 a 84		0,0000	-	0,0240	-			
	85 a 96		0,0000	-	0,0240	-			
	97 a 108		0,0000	-	0,0240	-			
	109 a 120		0,0000	-	0,0240	-			
	121 a 132		0,0000	-	0,0240	-			
	133 a 144		0,0000	-	0,0240	-			
	145 a 156		0,0000	-	0,0240	-			
	157 a 168		0,0000	-	0,0240	-			
	169 a 180		0,0000	-	0,0240	-			
TOTAL		29		4,6400		1,8096	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

NOTA: CUSTO FROTA/KM = (VALOR TOTAL DEPREC.+ REMUN.)/FROTA/PMA

CUSTO COM DEPRECIACAO DA FROTA/KM = R\$	0,0000 /KM
CUSTO COM REMUNERACAO DA FROTA/KM = R\$	0,0000 /KM

ESTUDO DOS CUSTOS POR QUILOMETRO (RESOLUÇÃO No. 4.618/95 - CTPC/DF)
PROGRAMAS DE FRETAMENTO DA TCB
QUILOMETRAGEM DIÁRIA/VEÍCULO=90,9 KM/VEIC.
QUILOMETRAGEM MENSAL/VEÍCULO=2.000 KM/VEIC.
COTA RESERVADA

	COEFICIENTES BÁSICOS DE CONSUMO	UNIDADE	VALORES (R\$/UN.)	CUSTO UNITÁRIO (R\$/Km)	%
01- COMBUSTIVEL **	0,250000	L/KM		R\$ 0,00	#DIV/0!
02- LUBRIFICANTES *	-		-	R\$ 0,00	#DIV/0!
02.1- ÓLEO DE CAIXA *	0,000691	L/KM		R\$ 0,00	-
02.2- ÓLEO DE FREIO *	0,000135	L/KM		R\$ 0,00	-
02.3- ÓLEO DE CÁRTER *	0,005683	L/KM		R\$ 0,00	-
02.4- GRAXA *	0,000173	L/KM		R\$ 0,00	-
03- RODAGEM **	0,000045	PNEUS/KM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
04- PEÇAS DE REPOSIÇÃO *	0,83%	VEÍCULO COM PNEUS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
CUSTO VARIÁVEL				R\$ 0,00	#DIV/0!
05- PESSOAL DE OPERAÇÃO ***				R\$ 0,00	#DIV/0!
- MOTORISTA	21,5006	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
- SUPERVISOR	5,6721	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
06- PESSOAL DE MANUTENÇÃO *	23,00%	CUSTO PESSOAL OPERACIONAL	-	R\$ 0,00	#DIV/0!
07- PESSOAL DE ADMINISTRAÇÃO ***	6,6140	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
08- UNIFORME ***	1,6322	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
09- AUXÍLIO REFEIÇÃO ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
10- CESTA BÁSICA ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
11- ASSISTÊNCIA PATRONAL ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
12- PLANO DE SAÚDE MÉDICO- ODONTOLÓGICO ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
13- SEGURO DE VIDA TERCEIROS ***	-	-		R\$ 0,00	#DIV/0!
14- AUXÍLIO TRANSPORTE ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO		R\$ 0,00	#DIV/0!
CUSTO FIXO SUBTOTAL 1				R\$ 0,00	#DIV/0!
15- DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS *	2,00%	VEICULO COM PNEU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
16- TAXAS VEÍCULOS *** Seguro Obrigatório; Licenciamento; Tacógrafo Aferição; Tacógrafo IMMETRO; Inspeção Veicular IMMETRO; e IPVA.	-	-		R\$ 0,00	#DIV/0!
17- DEPRECIAÇÃO DE FROTA ***					
	0,6400	VEICULO SEM PNEU / VEICULO x ANO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
18- REMUNERAÇÃO DE FROTA ***					
	0,2496	VEICULO SEM PNEU / VEICULO x ANO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
19- REMUNERAÇÃO DE INSTALAÇÕES **	-	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!
20- REMUNERAÇÃO DE MÁQUINAS / EQUIPAMENTOS *	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
21- REMUNERAÇÃO DE ALMOXARIFADO *	3,00%	VEICULO COM PNEU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
22- DEPRECIAÇÃO DE MÁQUINAS / INSTALAÇÕES / EQUIPAMENTOS *	0,0001	VEICULO COM PNEU	R\$ 0,00	R\$ 0,00	#DIV/0!
CUSTO FIXO SUBTOTAL 2				#DIV/0!	#DIV/0!
CUSTOS FIXOS (SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2)				#DIV/0!	#DIV/0!
CUSTO TOTAL (VARIÁVEL + FIXO) (sem ISS/PIS/COFINS)				#DIV/0!	#DIV/0!

* Dados referenciais contidos na Resolução N°. 4.618/95 - CTPC/DF e Atualizações.

** Dados informados pela TCB e, desenvolvido metodologia para os respectivos cálculos.

*** Cálculos realizados, a partir das informações contidas nos manuais do GEIPOT e da ANTT.

ESTUDO DOS CUSTOS POR QUILOMETRO (RESOLUÇÃO No. 4.618/95 - CTPC/DF)

PROGRAMAS DE FRETAMENTO DA TCB

QUILOMETRAGEM DIÁRIA/VEÍCULO=90,9 KM/VEIC.

QUILOMETRAGEM MENSAL/VEÍCULO=2.000 KM/VEIC.

COTA RESERVADA

DADOS OPERACIONAIS		RESULTADOS FINAIS	
23- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR DIA (Km)	272,73	49- ISS (5,00%)	#DIV/0!
24- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR MÊS (Km)	6.000,00	50- PIS (0,65%)	#DIV/0!
25- QUILOMETRAGEM PARA CÁLCULO	5.700,00	51- COFINS (3,00%)	#DIV/0!
26- QUILOMETRAGEM MORTA (5%)	300,00	52- CUSTO TOTAL (com ISS/PIS/COFINS)	#DIV/0!
27- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR ANO (Km)	72.000,00	53- BDI	#DIV/0!
28- FROTA TOTAL	4		#DIV/0!
29- FROTA OPERANTE	3	54- Prazo (Mês)	12
30- FROTA RESERVA (5%)	1	55- Valor do Contrato - Prazo do Contrato	#DIV/0!
31- PMA (Km/Veic. x Ano)	24.000,00	56- Valor por Veículo Operante (Mês)	#DIV/0!

DADOS ESPECÍFICOS - RODAGEM		57- Valor da Instalação (Prazo do Contrato)	#DIV/0!
32- QUANTIDADE DE PNEUS	6,00	58- Investimento/Veículo (m ² /Veic)	80,00
33- VIDA ÚTIL DO PNEU (Km)	132.500,00	59- Aluguel da Instalação (R\$)	
34- PREÇO MÉDIO DO PNEU (R\$)		60- Área do Terreno (m ²)	
35- PREÇO MÉDIO DA RECAPAGEM (R\$)		61- R\$/m ²	#DIV/0!

		62- Quantidade de Veículos	0
DADOS ESPECÍFICOS - VEÍCULO		63- Prazo do Contrato	12
36- PREÇO MÉDIO <u>VEÍCULO NOVO COM PNEUS</u> (R\$)		64- R\$/m ² x Veic	#DIV/0!
37- PREÇO MÉDIO <u>VEÍCULO NOVO SEM PNEUS</u> (R\$)	R\$ 0,00	65- Valor da Instalação/Mês	#DIV/0!

DADOS ESPECÍFICOS - PESSOAL	
38- SALÁRIO-BASE MOTORISTA (R\$)	
39- SALÁRIO-BASE SUPERVISOR (R\$)	
40- SALÁRIO-BASE ADMINISTRATIVO (R\$)	
41- ENCARGOS SOCIAIS (%)	70,64%
42- SALÁRIO MOTORISTA (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 0,00
43- SALÁRIO SUPERVISOR (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 0,00
44- SALÁRIO ADMINISTRATIVO (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 0,00
45- FATOR DE UTILIZAÇÃO MOTORISTA	1,0500
46- FATOR DE UTILIZAÇÃO SUPERVISOR	0,2770
47- FATOR DE UTILIZAÇÃO ADMINISTRATIVO *	0,3230

DADOS ESPECÍFICOS - UNIFORMES	
48- PREÇO CAMISA (R\$)	
48- PREÇO SAPATO (R\$)	
48- PREÇO CALÇA (R\$)	
48- PREÇO CINTO (R\$)	

DADOS ESPECÍFICOS - REMUNERAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
FROTA ATÉ 150 VEÍCULOS (%) *	5,00
FROTA ENTRE 151 E 250 VEÍCULOS (%) *	3,90
FROTA ENTRE 251 E 350 VEÍCULOS (%) *	2,90
FROTA ACIMA DE 350 VEÍCULOS (%) *	1,80

MÉTODO DE COLE (SOMA DOS DÍGITOS DECRESCENTES)
CÁLCULO DO CUSTO POR QUILOMETRO RELATIVO À DEPRECIAÇÃO E REMUNERAÇÃO DA FROTA
PROGRAMAS DE FRETAMENTO TCB

TIPO	IDADE (MESES)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	VALOR DEPRECIADO R\$	FATORES DE REMUNERAÇÃO	VALOR REMUNERADO R\$	PREÇO DO VEÍCULO NOVO SEM RODAGEM R\$	VALOR TOTAL DE DEPRECIAÇÃO R\$	VALOR DE REMUNERAÇÃO R\$
	01 a 12		0,2667	-	0,1200	-			
	13 a 24		0,2133	-	0,0880	-			
	25 a 36	4	0,1600	0,6400	0,0624	0,2496			
	37 a 48		0,1067	-	0,0432	-			
	49 a 60		0,0533	-	0,0304	-			
	61 a 72		0,0000	-	0,0240	-			
	73 a 84		0,0000	-	0,0240	-			
	85 a 96		0,0000	-	0,0240	-			
	97 a 108		0,0000	-	0,0240	-			
	109 a 120		0,0000	-	0,0240	-			
	121 a 132		0,0000	-	0,0240	-			
	133 a 144		0,0000	-	0,0240	-			
	145 a 156		0,0000	-	0,0240	-			
	157 a 168		0,0000	-	0,0240	-			
	169 a 180		0,0000	-	0,0240	-			
TOTAL		4		0,6400		0,2496	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

NOTA: CUSTO FROTA/KM = (VALOR TOTAL DEPREC.+ REMUN.)/FROTA/PMA

CUSTO COM DEPRECIACAO DA FROTA/KM = R\$	0,0000 /KM
CUSTO COM REMUNERACAO DA FROTA/KM = R\$	0,0000 /KM

ESTUDO DOS CUSTOS POR QUILOMETRO (RESOLUÇÃO No. 4.618/95 - CTPC/DF)
PROGRAMAS DE FRETAMENTO TCB
QUILOMETRAGEM DIÁRIA/VEÍCULO=90,9 KM/VEIC.
QUILOMETRAGEM MENSAL/VEÍCULO=2.000 KM/VEIC.
AMPLA CONCORRÊNCIA

	COEFICIENTES BÁSICOS DE CONSUMO	UNIDADE	VALORES (R\$/UN.)	CUSTO UNITÁRIO (R\$/Km)	%
01- COMBUSTIVEL **	0,250000	L/KM	R\$ 3,79	R\$ 0,95	8,40
02- LUBRIFICANTES *	-		-	R\$ 0,08	0,70
02.1- ÓLEO DE CAIXA *	0,000691	L/KM	R\$ 15,52	R\$ 0,01	-
02.2- ÓLEO DE FREIO *	0,000135	L/KM	R\$ 25,33	R\$ 0,00	-
02.3- ÓLEO DE CÁRTER *	0,005683	L/KM	R\$ 10,82	R\$ 0,06	-
02.4- GRAXA *	0,000173	L/KM	R\$ 18,45	R\$ 0,00	-
03- RODAGEM **	0,000045	PNEUS/KM	R\$ 3.005,16	R\$ 0,14	1,21
04- PEÇAS DE REPOSIÇÃO *	0,83%	VEÍCULO COM PNEUS	R\$ 328.333,33	R\$ 1,36	12,08
CUSTO VARIÁVEL				R\$ 2,52	22,38
05- PESSOAL DE OPERAÇÃO ***				R\$ 2,80	24,86
- MOTORISTA	21,5006	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 2.255,00	R\$ 2,02	-
- SUPERVISOR	5,6721	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 3.320,00	R\$ 0,78	-
06- PESSOAL DE MANUTENÇÃO *	23,00%	CUSTO PESSOAL OPERACIONAL	-	R\$ 0,65	5,72
07- PESSOAL DE ADMINISTRAÇÃO ***	6,6140	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 2.086,16	R\$ 0,57	5,10
08- UNIFORME ***	1,6322	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 269,97	R\$ 0,02	0,16
09- AUXÍLIO REFEIÇÃO ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 814,00	R\$ 0,80	7,05
10- CESTA BÁSICA ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 100,00	R\$ 0,10	0,87
11- ASSISTÊNCIA PATRONAL ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 10,00	R\$ 0,01	0,09
12- PLANO DE SAÚDE MÉDICO- ODONTOLÓGICO ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 162,12	R\$ 0,16	1,40
13- SEGURO DE VIDA TERCEIROS ***	-	-	R\$ 1.400,00	R\$ 0,06	0,52
14- AUXÍLIO TRANSPORTE ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 88,78	R\$ 0,09	0,77
CUSTO FIXO SUBTOTAL 1				R\$ 5,25	46,53
15- DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS *	2,00%	VEICULO COM PNEU	R\$ 328.333,33	R\$ 0,27	2,42
16- TAXAS VEÍCULOS *** Seguro Obrigatório; Licenciamento; Tacógrafo Aferição; Tacógrafo IMMETRO; Inspeção Veicular IMMETRO; e IPVA.	-	-	R\$ 2.758,29	R\$ 0,11	1,02
17- DEPRECIAÇÃO DE FROTA ***					
	4,6400	VEICULO SEM PNEU / VEICULO x ANO	R\$ 318.000,37	R\$ 2,12	18,79
18- REMUNERAÇÃO DE FROTA ***					
	1,8096	VEICULO SEM PNEU / VEICULO x ANO	R\$ 318.000,37	R\$ 0,83	7,33
19- REMUNERAÇÃO DE INSTALAÇÕES **	-	-	-	R\$ 0,03	0,23
20- REMUNERAÇÃO DE MÁQUINAS / EQUIPAMENTOS *	-	-	R\$ 328.333,33	R\$ 0,08	0,73
21- REMUNERAÇÃO DE ALMOXARIFADO *	3,00%	VEICULO COM PNEU	R\$ 328.333,33	R\$ 0,05	0,44
22- DEPRECIAÇÃO DE MÁQUINAS / INSTALAÇÕES / EQUIPAMENTOS *	0,0001	VEICULO COM PNEU	R\$ 328.333,33	R\$ 0,02	0,15
CUSTO FIXO SUBTOTAL 2				R\$ 3,51	31,09
CUSTOS FIXOS (SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2)				R\$ 8,76	77,62
CUSTO TOTAL (VARIÁVEL + FIXO) (sem ISS/PIS/COFINS)				R\$ 11,28	100,00

* Dados referenciais contidos na Resolução N°. 4.618/95 - CTPC/DF e Atualizações.

** Dados informados pela TCB e, desenvolvido metodologia para os respectivos cálculos.

*** Cálculos realizados, a partir das informações contidas nos manuais do GEIPOT e da ANTT.

ESTUDO DOS CUSTOS POR QUILOMETRO (RESOLUÇÃO No. 4.618/95 - CTPC/DF)
PROGRAMAS DE FRETAMENTO TCB
QUILOMETRAGEM DIÁRIA/VEÍCULO=90,9 KM/VEIC.
QUILOMETRAGEM MENSAL/VEÍCULO=2.000 KM/VEIC.
AMPLA CONCORRÊNCIA

DADOS OPERACIONAIS		RESULTADOS FINAIS	
23- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR DIA (Km)	2.454,55	49- ISS (5,00%)	R\$ 0,56
24- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR MÊS (Km)	54.000,00	50- PIS (0,65%)	R\$ 0,07
25- QUILOMETRAGEM PARA CÁLCULO	51.300,00	51- COFINS (3,00%)	R\$ 0,34
26- QUILOMETRAGEM MORTA (5%)	2.700,00	52- CUSTO TOTAL (com ISS/PIS/COFINS)	R\$ 12,26
27- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR ANO (Km)	648.000,00	53- BDI	R\$ 2,81
28- FROTA TOTAL	29		22,90%
29- FROTA OPERANTE	27	54- Prazo (Mês)	12
30- FROTA RESERVA (5%)	2	55- Valor do Contrato - Prazo do Contrato	R\$ 7.944.480,00
31- PMA (Km/Veic. x Ano)	24.000,00	56- Valor por Veículo Operante (Mês)	R\$ 24.520,00

DADOS ESPECÍFICOS - RODAGEM		57- Valor da Instalação (Prazo do Contrato)	R\$ 147.388,24
32- QUANTIDADE DE PNEUS	6,00	58- Investimento/Veículo (m ² /Veic)	80,00
33- VIDA ÚTIL DO PNEU (Km)	132.500,00	59- Aluguel da Instalação (R\$)	R\$ 90.000,00
34- PREÇO MÉDIO DO PNEU (R\$)	R\$ 1.722,16	60- Área do Terreno (m ²)	17.000
35- PREÇO MÉDIO DA RECAPAGEM (R\$)	R\$ 641,50	61- R\$/m ²	R\$ 5,29
		62- Quantidade de Veículos	213
DADOS ESPECÍFICOS - VEÍCULO		63- Prazo do Contrato	12
36- PREÇO MÉDIO <u>VEÍCULO NOVO COM PNEUS</u> (R\$)	R\$ 328.333,33	64- R\$/m ² x Veic	R\$ 0,02
37- PREÇO MÉDIO <u>VEÍCULO NOVO SEM PNEUS</u> (R\$)	R\$ 318.000,37	65- Valor da Instalação/Mês	R\$ 12.282,35

DADOS ESPECÍFICOS - PESSOAL	
38- SALÁRIO-BASE MOTORISTA (R\$)	R\$ 2.255,00
39- SALÁRIO-BASE SUPERVISOR (R\$)	R\$ 3.320,00
40- SALÁRIO-BASE ADMINISTRATIVO (R\$)	R\$ 2.086,16
41- ENCARGOS SOCIAIS (%)	70,64%
42- SALÁRIO MOTORISTA (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 3.847,93
43- SALÁRIO SUPERVISOR (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 5.665,25
44- SALÁRIO ADMINISTRATIVO (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 3.559,82
45- FATOR DE UTILIZAÇÃO MOTORISTA	1,0500
46- FATOR DE UTILIZAÇÃO SUPERVISOR	0,2770
47- FATOR DE UTILIZAÇÃO ADMINISTRATIVO *	0,3230

DADOS ESPECÍFICOS - UNIFORMES	
48- PREÇO CAMISA (R\$)	R\$ 269,97
48- PREÇO SAPATO (R\$)	
48- PREÇO CALÇA (R\$)	
48- PREÇO CINTO (R\$)	

DADOS ESPECÍFICOS - REMUNERAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
FROTA ATÉ 150 VEÍCULOS (%) *	5,00
FROTA ENTRE 151 E 250 VEÍCULOS (%) *	3,90
FROTA ENTRE 251 E 350 VEÍCULOS (%) *	2,90
FROTA ACIMA DE 350 VEÍCULOS (%) *	1,80

MÉTODO DE COLE (SOMA DOS DÍGITOS DECRESCENTES)
CÁLCULO DO CUSTO POR QUILOMETRO RELATIVO À DEPRECIAÇÃO E REMUNERAÇÃO DA FROTA
PROGRAMAS DE FRETAMENTO TCB

TIPO	IDADE (MESES)	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	VALOR DEPRECIADO R\$	FATORES DE REMUNERAÇÃO	VALOR REMUNERADO R\$	PREÇO DO VEÍCULO NOVO SEM RODAGEM R\$	VALOR TOTAL DE DEPRECIAÇÃO R\$	VALOR DE REMUNERAÇÃO R\$
	01 a 12		0,2667	-	0,1200	-			
	13 a 24		0,2133	-	0,0880	-			
	25 a 36	29	0,1600	4,6400	0,0624	1,8096			
	37 a 48		0,1067	-	0,0432	-			
	49 a 60		0,0533	-	0,0304	-			
	61 a 72		0,0000	-	0,0240	-			
	73 a 84		0,0000	-	0,0240	-			
	85 a 96		0,0000	-	0,0240	-			
	97 a 108		0,0000	-	0,0240	-			
	109 a 120		0,0000	-	0,0240	-			
	121 a 132		0,0000	-	0,0240	-			
	133 a 144		0,0000	-	0,0240	-			
	145 a 156		0,0000	-	0,0240	-			
	157 a 168		0,0000	-	0,0240	-			
	169 a 180		0,0000	-	0,0240	-			
TOTAL		29		4,6400		1,8096	R\$ 318.000,37	R\$ 1.475.521,72	R\$ 575.453,47

NOTA: CUSTO FROTA/KM = (VALOR TOTAL DEPREC.+ REMUN.)/FROTA/PMA

CUSTO COM DEPRECIACAO DA FROTA/KM = R\$	2,1200 /KM
CUSTO COM REMUNERACAO DA FROTA/KM = R\$	0,8268 /KM

ESTUDO DOS CUSTOS POR QUILOMETRO (RESOLUÇÃO No. 4.618/95 - CTPC/DF)
PROGRAMAS DE FRETAMENTO TCB
QUILOMETRAGEM DIÁRIA/VEÍCULO=90,9 KM/VEIC.
QUILOMETRAGEM MENSAL/VEÍCULO=2.000 KM/VEIC.
COTA RESERVADA

	COEFICIENTES BÁSICOS DE CONSUMO	UNIDADE	VALORES (R\$/UN.)	CUSTO UNITÁRIO (R\$/Km)	%
01- COMBUSTIVEL **	0,250000	L/KM	R\$ 3,79	R\$ 0,95	8,40
02- LUBRIFICANTES *	-		-	R\$ 0,08	0,70
02.1- ÓLEO DE CAIXA *	0,000691	L/KM	R\$ 15,52	R\$ 0,01	-
02.2- ÓLEO DE FREIO *	0,000135	L/KM	R\$ 25,33	R\$ 0,00	-
02.3- ÓLEO DE CARTER *	0,005683	L/KM	R\$ 10,82	R\$ 0,06	-
02.4- GRAXA *	0,000173	L/KM	R\$ 18,45	R\$ 0,00	-
03- RODAGEM **	0,000045	PNEUS/KM	R\$ 3.005,16	R\$ 0,14	1,21
04- PEÇAS DE REPOSIÇÃO *	0,83%	VEÍCULO COM PNEUS	R\$ 328.333,33	R\$ 1,36	12,08
CUSTO VARIÁVEL				R\$ 2,52	22,38
05- PESSOAL DE OPERAÇÃO ***				R\$ 2,80	24,86
- MOTORISTA	21,5006	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 2.255,00	R\$ 2,02	-
- SUPERVISOR	5,6721	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 3.320,00	R\$ 0,78	-
06- PESSOAL DE MANUTENÇÃO *	23,00%	CUSTO PESSOAL OPERACIONAL	-	R\$ 0,65	5,72
07- PESSOAL DE ADMINISTRAÇÃO ***	6,6140	FUNC./VEICULO x ANO (FU x TES x 12)	R\$ 2.086,16	R\$ 0,57	5,10
08- UNIFORME ***	1,6322	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 269,97	R\$ 0,02	0,16
09- AUXÍLIO REFEIÇÃO ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 814,00	R\$ 0,80	7,05
10- CESTA BÁSICA ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 100,00	R\$ 0,10	0,87
11- ASSISTÊNCIA PATRONAL ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 10,00	R\$ 0,01	0,09
12- PLANO DE SAÚDE MÉDICO- ODONTOLÓGICO ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 162,12	R\$ 0,16	1,40
13- SEGURO DE VIDA TERCEIROS ***	-	-	R\$ 1.400,00	R\$ 0,06	0,52
14- AUXÍLIO TRANSPORTE ***	23,4625	FUNC./VEÍCULO x ANO	R\$ 88,78	R\$ 0,09	0,77
CUSTO FIXO SUBTOTAL 1				R\$ 5,25	46,53
15- DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS *	2,00%	VEICULO COM PNEU	R\$ 328.333,33	R\$ 0,27	2,42
16- TAXAS VEÍCULOS *** Seguro Obrigatório; Licenciamento; Tacógrafo Aferição; Tacógrafo IMMETRO; Inspeção Veicular IMMETRO; e IPVA.	-	-	R\$ 2.758,29	R\$ 0,11	1,02
17- DEPRECIAÇÃO DE FROTA ***					
	0,6400	VEICULO SEM PNEU / VEICULO x ANO	R\$ 318.000,37	R\$ 2,12	18,79
18- REMUNERAÇÃO DE FROTA ***					
	0,2496	VEICULO SEM PNEU / VEICULO x ANO	R\$ 318.000,37	R\$ 0,83	7,33
19- REMUNERAÇÃO DE INSTALAÇÕES **	-	-	-	R\$ 0,03	0,23
20- REMUNERAÇÃO DE MÁQUINAS / EQUIPAMENTOS *	-	-	R\$ 328.333,33	R\$ 0,08	0,73
21- REMUNERAÇÃO DE ALMOXARIFADO *	3,00%	VEICULO COM PNEU	R\$ 328.333,33	R\$ 0,05	0,44
22- DEPRECIAÇÃO DE MÁQUINAS / INSTALAÇÕES / EQUIPAMENTOS *	0,0001	VEICULO COM PNEU	R\$ 328.333,33	R\$ 0,02	0,15
CUSTO FIXO SUBTOTAL 2				R\$ 3,51	31,09
CUSTOS FIXOS (SUBTOTAL 1 + SUBTOTAL 2)				R\$ 8,76	77,62
CUSTO TOTAL (VARIÁVEL + FIXO) (sem ISS/PIS/COFINS)				R\$ 11,28	100,00

* Dados referenciais contidos na Resolução N°. 4.618/95 - CTPC/DF e Atualizações.

** Dados informados pela TCB e, desenvolvido metodologia para os respectivos cálculos.

*** Cálculos realizados, a partir das informações contidas nos manuais do GEIPOT e da ANTT.

ESTUDO DOS CUSTOS POR QUILOMETRO (RESOLUÇÃO No. 4.618/95 - CTPC/DF)
PROGRAMAS DE FRETAMENTO TCB
QUILOMETRAGEM DIÁRIA/VEÍCULO=90,9 KM/VEIC.
QUILOMETRAGEM MENSAL/VEÍCULO=2.000 KM/VEIC.
COTA RESERVADA

DADOS OPERACIONAIS		RESULTADOS FINAIS	
23- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR DIA (Km)	272,73	49- ISS (5,00%)	R\$ 0,56
24- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR MÊS (Km)	6.000,00	50- PIS (0,65%)	R\$ 0,07
25- QUILOMETRAGEM PARA CÁLCULO	5.700,00	51- COFINS (3,00%)	R\$ 0,34
26- QUILOMETRAGEM MORTA (5%)	300,00	52- CUSTO TOTAL (com ISS/PIS/COFINS)	R\$ 12,26
27- QUILOMETRAGEM PREVISTA POR ANO (Km)	72.000,00	53- BDI	R\$ 2,81
28- FROTA TOTAL	4		22,90%
29- FROTA OPERANTE	3	54- Prazo (Mês)	12
30- FROTA RESERVA (5%)	1	55- Valor do Contrato - Prazo do Contrato	R\$ 882.720,00
31- PMA (Km/Veic. x Ano)	24.000,00	56- Valor por Veículo Operante (Mês)	R\$ 24.520,00

DADOS ESPECÍFICOS - RODAGEM		57- Valor da Instalação (Prazo do Contrato)	R\$ 20.329,41
32- QUANTIDADE DE PNEUS	6,00	58- Investimento/Veículo (m ² /Veic)	80,00
33- VIDA ÚTIL DO PNEU (Km)	132.500,00	59- Aluguel da Instalação (R\$)	R\$ 90.000,00
34- PREÇO MÉDIO DO PNEU (R\$)	R\$ 1.722,16	60- Área do Terreno (m ²)	17.000
35- PREÇO MÉDIO DA RECAPAGEM (R\$)	R\$ 641,50	61- R\$/m ²	R\$ 5,29
		62- Quantidade de Veículos	213
DADOS ESPECÍFICOS - VEÍCULO		63- Prazo do Contrato	12
36- PREÇO MÉDIO <u>VEÍCULO NOVO COM PNEUS</u> (R\$)	R\$ 328.333,33	64- R\$/m ² x Veic	R\$ 0,02
37- PREÇO MÉDIO <u>VEÍCULO NOVO SEM PNEUS</u> (R\$)	R\$ 318.000,37	65- Valor da Instalação/Mês	R\$ 1.694,12

DADOS ESPECÍFICOS - PESSOAL	
38- SALÁRIO-BASE MOTORISTA (R\$)	R\$ 2.255,00
39- SALÁRIO-BASE SUPERVISOR (R\$)	R\$ 3.320,00
40- SALÁRIO-BASE ADMINISTRATIVO (R\$)	R\$ 2.086,16
41- ENCARGOS SOCIAIS (%)	70,64%
42- SALÁRIO MOTORISTA (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 3.847,93
43- SALÁRIO SUPERVISOR (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 5.665,25
44- SALÁRIO ADMINISTRATIVO (COM ENCARGOS SOCIAIS) (R\$)	R\$ 3.559,82
45- FATOR DE UTILIZAÇÃO MOTORISTA	1,0500
46- FATOR DE UTILIZAÇÃO SUPERVISOR	0,2770
47- FATOR DE UTILIZAÇÃO ADMINISTRATIVO *	0,3230

DADOS ESPECÍFICOS - UNIFORMES	
48- PREÇO CAMISA (R\$)	R\$ 269,97
48- PREÇO SAPATO (R\$)	
48- PREÇO CALÇA (R\$)	
48- PREÇO CINTO (R\$)	

DADOS ESPECÍFICOS - REMUNERAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
FROTA ATÉ 150 VEÍCULOS (%) *	5,00
FROTA ENTRE 151 E 250 VEÍCULOS (%) *	3,90
FROTA ENTRE 251 E 350 VEÍCULOS (%) *	2,90
FROTA ACIMA DE 350 VEÍCULOS (%) *	1,80

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Senhor (a) Pregoeiro (a), a empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº 00.000.000/0000-00, sediada a _____, vem apresentar proposta de preço conforme quantidade e condições presentes no Edital do pregão eletrônico nº ____/2021 e seus anexos.

O objeto da proposta, bem como, quantidade e valor estão descritos na tabela a baixo.

Item	Descrição	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário	Valor Total

Valor Total da Proposta R\$ 0.000,00 (Valor por extenso)

Declaramos que a presente proposta está em conformidade com todos os preceitos legais e regulamentares em vigor.

Declaramos que a validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua entrega.

Declaramos expressamente que, o preço acima ofertado, está de acordo com os valores apresentados na planilha de composição de custos.

Declaramos que concordamos com as cláusulas dispostas no Edital, Termo de Referência e demais anexos, referentes a presente contratação.

Declaramos que a execução dos serviços seguirá o disposto no Termo de Referência e seus encartes, anexo ao Edital.

Informamos que o preposto da empresa junto ao licitante é o Sr (a), CPF nº 000.000.000-00, representante legal da empresa, cujo telefone é (DDD) 0000-0000, e e-mail: _____.

Dados Bancários: banco _____, agência _____, conta corrente _____.

Atenciosamente

Cidade – UF, ____ de _____ de 2020

Carimbo da empresa com CNPJ e assinatura do representante legal
RG nº _____

CONTRATO ____/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE
PESSOAS QUE ENTRE SI CELEBRAM A SOCIEDADE DE
TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB E
_____, NA FORMA ABAIXO:

Cláusula Primeira – Das Partes:

1.1- Pelo presente instrumento de Termo de contrato de Prestação de Serviço, que entre si celebram de um lado, a SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA – TCB, pessoa jurídica de direito privado, empresa pública, criada pela Lei nº 4545/64, inscrita no CNPJ sob o nº 00.037.127/0001-85, com sede no Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 06, Bloco “A” nesta Capital, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente CHANCERLEY DE MELO SANTANA, brasileiro, casado, graduado em Gestão de Marketing, pós – graduado em Gestão Pública, portador da Carteira de Identidade nº. 1.302.043 SSP/DF e do CPF nº. 610.476.78187, residente e domiciliado nesta Capital Federal e seu Diretor Administrativo e Financeiro JORGE MAURÍCIO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, casado, filho de Lourival Alves da Silva e Olga Rodrigues da Silva, portador do RG: 375.623 SSP/DF e do CPF: 465.934.977-20, residente e domiciliado nesta Capital Federal, residente e domiciliado nesta Capital Federal, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e do outro lado _____, domiciliado no _____ – Brasília – DF, Fone: (____) ____-____, Brasília - DF, inscrita no CPF nº., doravante denominado CONTRATADO/FORNECEDOR, têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Segunda – Do Objeto

2.1- O objeto deste instrumento é Contratação de empresa especializada em transporte de pessoas, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos, conforme o descrito no processo 095._____/2021, que independentemente de transcrição é parte integrante do presente instrumento de contrato.

Cláusula Terceira – Da Vigência

3.1- O presente Contrato terá vigência pelo prazo de ____ (____) meses, contados a partir da data da assinatura deste instrumento.

Cláusula Quarta – Da Execução

4.1- A CONTRATADA deverá dar executar fielmente o serviço contratado na data a ser informada pela CONTRATANTE.

4.2- A execução deste Contrato será acompanhada por um executor designado pela CONTRATANTE que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste instrumento, denominando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Cláusula Quinta – Do Preço

Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. - TCB
SGON, Quadra 06, Lote Único, Bloco “A”

5.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela prestação dos serviços a importância de R\$____ (____), por Km rodado.

5.2- As despesas provenientes com a execução destes serviços, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: ____;

PROGRAMA DE TRABALHO: ____; NATUREZA

DA DESPESA: ____.

5.4- Foi emitida a Nota de Empenho nº 2021NE____, datada de __/__/____ no valor de R\$____ (____), para o período de __ (____) meses.

Cláusula Sexta – Do Pagamento

6.1- O pagamento ao CONTRATADO será efetuado pela CONTRATANTE, a apresentação de Nota Fiscal, em até __ (____) dias após sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Sétima – Das Obrigações do Contratado

7.1- Na execução do contrato, obriga-se o CONTRATADO a enviar todo o empenho e dedicação necessários ao seu fiel e adequado cumprimento do Termo de Referência que indepedetemente de transcrição é parte integrante do presente instrumento de contrato, obrigando-se ainda a:

- a) A cumprir fielmente a Termo de Referência;
- b) Comunicar imediatamente, por escrito, ao executor do contrato, qualquer anormalidade verificada, no menor espaço de tempo possível, para que sejam adotadas as providências necessárias;
- c) Atender, com diligência, as determinações do executor, adotando todas as providências necessárias à regularização de falta(s) e irregularidade(s) verificada(s);

Cláusula Oitava – Das Obrigações do Contratante

- a. Indicar um executor que acompanhará a execução do contrato;
- b. Conferir a qualidade dos serviços prestados;
- c. Providencia os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas.

Cláusula Nona – Das Penalidades

9.1- Pela inexecução dos serviços total ou parcial, e ainda pelo não atendimento da pontualidade dos serviços a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa aplicar ao CONTRATADO as sanções abaixo, sem prejuízos das cominações previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, assim como as constantes no Termo de Referência e Edital de Licitação.

- a) - Multa;
- b) - Rescisão do Contrato
- c) - Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2(dois) anos;
- d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

Cláusula Décima – Das Multas

10.1- Em caso de descumprimento de quaisquer das condições pactuadas neste instrumento, total ou parcial, e ainda, em caso de impontualidade dos serviços prestados no prazo fixado pela CONTRATANTE, será aplicada multa no seguinte percentual:

- a) – 1% (um por cento) ao dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução dos serviços, aplicado sobre o valor total do Contrato, quanto a CONTRATADA, sem justa causa deixar de cumprir ou cumprir parcialmente dentro do prazo estabelecido neste contrato as obrigações assumidas.
- b) – 30%(Trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, quando decorridos mais de 30(Trinta) dias de atraso, sem manifestação da CONTRATADA. Neste caso, estará caracterizada a recusa, dando causa ao cancelamento da Nota de Empenho, bem como a rescisão do contrato por simples notificação.
- c) – No caso de atraso do início da execução do contrato ou ocorrendo atraso na entrega dos serviços, poderá a CONTRATADA se entender conveniente apresentar justificativas até o 2º (segundo) dia útil anterior a data fixada para início da execução ou entrega dos serviços, mediante correspondência dirigida ao Diretor Presidente da CONTRATANTE, que se entender de conveniência e a seu exclusivo critério poderá conceder o prazo solicitado para cumprimento da obrigação, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento.
- d) - Esgotado o prazo para início da execução ou da entrega dos serviços, sem que a CONTRATADA, com justificativa aceita ou não, ou ainda, sem a sua interposição, será considerado inadimplente ficando automaticamente suspenso do direito de licitar ou contratar com a TCB, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste instrumento.
- e) – A CONTRATADA, será declarada inidônea nos casos de descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo de outras penalidades previstas neste Contrato.

Cláusula Décima Primeira – Da Alteração

11.1- O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas nos seguintes casos:

1. Unilateralmente pela TCB:
 - a) Quando houver modificação das especificações dos serviços para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência do acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do contrato nos limites permitidos pela legislação;
2. Por acordo das partes:
 - a) Para restabelecer a relação de que as partes pactuadas inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da contratante, pelo justo valor dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro deste ajuste.

Cláusula Décima Segunda – Da Rescisão

12.1- O presente instrumento poderá a qualquer tempo e por qualquer das partes ser rescindido, sem ônus adicional para quem fizer uso desta faculdade, desde que avise a outra, mediante notificação com antecedência mínima de 30(trinta) dias.

12.2- A CONTRATANTE poderá unilateralmente rescindir o presente instrumento independente de interpelação judicial ou extrajudicialmente nos seguintes casos:

- a) Inadimplência abrangendo o não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, lentidão, atraso injustificado, paralização, desatendimento de determinações regulares de autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato e o cometimento reiterado de falhas;
- b) Transferência no todo ou em parte das obrigações decorrentes do instrumento contratual, sem prévia e expressa anuência da TCB;
- c) Falência, concordata, cisão total ou parcial, insolvência civil, dissolução da sociedade, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público;
- e) Caso fortuito ou força maior.

Cláusula Décima Terceira - Da Garantia Contratual

13.1- A CONTRATADA prestará no prazo de 5 (cinco) dias úteis, garantia contratual no importe de _% (____ por cento) do valor contratado.

Cláusula Décima Quarta – Disposições Gerais

14.1- O CONTRATADO é responsável pelos danos causados diretamente ou através de seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou deduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento previsto na cláusula anterior.

Cláusula Décima Quinta – Da Publicação

15.1- Todas as despesas e providências com a publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial do Distrito Federal correrão à conta da TCB.

15.2- Os atos de aplicação das penalidades previstas neste contrato, serão publicados no Diário

Oficial do Distrito Federal.

15.3- Os casos omissos serão dirimidos pelos ditames do Capítulo III e demais normas pertinentes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Cláusula Décima Sexta – Do Foro

16.1- Fica eleito o foro de Brasília – Distrito Federal, para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente contrato e todas as suas condições sem nenhuma exceção, com expressa renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2- E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Termo de Contrato, através de assinatura eletrônica via sistema SEI/GDF, onde dispensam a presença e assinatura de testemunhas sem prejuízo das obrigações neste instrumento assumidas.

Ata de Registro de Preços XX/2021

Processo nº 00095-00000166/2021-01

Pregão Eletrônico nº 07/2021.

Aos _____ dias do mês de _____ de 2021, a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA - TCB, pessoa jurídica de direito privado, empresa pública, criada pela Lei nº 4545/64, inscrita no CNPJ sob o nº 00.037.127/0001-85, com sede no Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 06, Bloco “A” nesta Capital, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente CHANCERLEY DE MELO SANTANA, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 10.024/2019 e Distrital 39.103/2018, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 07/2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes dos dispositivos legais supra, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços de transporte de usuários participantes dos Programas de Fretamento da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. – TCB, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus anexos., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Prestador do serviço (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. **ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**
 - 3.1. O órgão gerenciador será a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA - TCB.
 - 3.2. Não há órgãos participantes.
4. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
 - 4.1. A Adesão à Ata de Registro de Preços poderá ser admitida mediante prévia consulta à TCB, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas no Decreto Distrital nº 39.103/2018.
 - 4.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, na sua totalidade, não poderá exceder, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que venham aderir (art. 22, § 4, do Decreto Distrital nº 39.103/2018).
 - 4.3. As aquisições e/ou contratações adicionais decorrentes das adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, (art. 22, § 3º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018).
 - 4.4. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão participante do Registro de Preços, com exceção dos órgãos e entidades do Distrito Federal.
 - 4.5. Nas adesões à Ata de Registro de Preços os fornecedores serão indicados a partir dos seguintes critérios:
 - a). Serão verificados os itens cujas características atendam as necessidades do solicitante da adesão, e;
 - b) Após, será escolhido o item de menor preço.
 - 4.6. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.
 - 4.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata. (art. 22, § 6º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018).
5. **VALIDADE DA ATA**
 - 5.1. O registro de preços a ser formalizado na Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.
6. **REVISÃO E CANCELAMENTO**
 - 6.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

- 6.1.1. Pelo órgão gestor:
 - 6.1.1.1. quando a detentora não cumprir as obrigações dela constantes;
 - 6.1.1.2. quando a detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Unidade requisitante não aceitar sua justificativa;
 - 6.1.1.3. quando a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de registro de preços, em algumas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII e XVII, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;
 - 6.1.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;
 - 6.1.1.5. quando a detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos praticados no mercado;
 - 6.1.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 6.2. Pela detentora, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores.
 - 6.2.1. a solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida ao Órgão Gestor, facultada a ela a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.
- 6.3. Ocorrendo o cancelamento do registro de preços ou desta Ata, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.
 - 6.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado, 03 (três) dias úteis contados a partir da última publicação.
 - 6.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata, deverão comunicar imediatamente ao Órgão Gestor, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros necessários para recebimento de correspondência.
- 7. DAS PENALIDADES
 - 7.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, assim como pela recusa injustificada em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, garantida a prévia defesa, a empresa vencedora ficará sujeita às sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e multas previstas no Decreto Distrital nº 26.851/2006 e suas alterações, conforme previsto no Edital e Termo de Referência da licitação.
- 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
 - 8.1. Integram esta Ata o Edital de Pregão Eletrônico n.º 07/2021 e seus anexos, as propostas com preços, especificação, consumo médio anual por item.

8.2. O(s) caso(s) omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

8.3. As condições de execução do objeto são as descritas no Instrumento convocatório da licitação e seus anexos, observados os dispositivos legais vigentes.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrada a presente Ata que, após conferida e achada conforme, será assinada pelas partes.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2021.

Chancerley de Melo Santana
Diretor Presidente
Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA - TCB

Licitante Beneficiário
CNPJ:
Representante legal:
CI:
CPF: